

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ROSANE LEWISKI SCHMAEDECKE

**ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA
EMPRESA DE COSMÉTICOS POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DO
SICOGEA – SISTEMA CONTÁBIL GERENCIAL AMBIENTAL**

Florianópolis

2006

ROSANE LEWISKI SCHMAEDECKE

**ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA
EMPRESA DE COSMÉTICOS POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DO
SICOGEA – SISTEMA CONTÁBIL GERENCIAL AMBIENTAL**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Santa Catarina
como um dos pré-requisitos para a
obtenção do grau de bacharel em
Ciências Contábeis.
Orientadora: Professora Dra. Elisete
Dahmer Pfitscher.

Florianópolis

2006

ROSANE LEWISKI SCHMAEDECKE

**ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA
EMPRESA DE COSMÉTICOS POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DO
SICOGEA – SISTEMA CONTÁBIL GERENCIAL AMBIENTAL**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de _____ atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo:

_____ de _____ de 2006.

Prof^ª. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher
Coordenadora de Monografias do CCN

Professores que compuseram a banca:

Prof^ª. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher (Orientadora)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^ª. Msc. Rosimere Alves de Bona Porton (Membro)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^ª. Msc. Fabrícia Silva da Rosa (Membro)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof. Dr. Erves Ducati (Membro)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Florianópolis

2006

Dedico este trabalho aos meus pais por terem
me dado a vida e ensinado a vivê-la com dignidade.

À lembrança de minha vó Geni, saudades.

Aos meus irmãos e irmãs; Diane,

Dilamar, Elenice e Leomar, pelo carinho.

Ao Carlos, esposo e companheiro de todas as horas.

Ao Jean Carlos, anjo creditado por Deus em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

A conquista deste trabalho deve-se com certeza a muitas pessoas que direta ou indiretamente me apoiaram nesta caminhada.

Em especial, gostaria de agradecer aos professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo conhecimento transmitido.

À Professora Elisete Dahmer Pfitscher, pela orientação e estímulo durante a concretização deste trabalho.

À professora Rosimere Alves de Bona Porton, pelo auxílio aos primeiros passos e pelo apoio durante a realização deste trabalho.

Ao Carlos, esposo e companheiro de todas as horas; porque nos momentos mais difíceis da caminhada você esteve comigo. Acolheu minhas queixas, meu sofrimento, meu desânimo... porque a importância de suas palavras de incentivo não poderiam ser medidas; por ter me feito entender que “quem acredita na vitória está sempre na frente.” Por tudo o que você significa pra mim, quero partilhar especialmente contigo a alegria desta conquista.

Ao meu filho Jean Carlos, pela paciência, por que embora tão pequeno tenha sabido entender, do seu jeito, que “estudar é preciso” e que por vezes precisamos adiar a diversão para podermos atingir nossos objetivos.

“A sustentabilidade consiste na criação
de condições de sobrevivência,
segurança e bem-estar para todos.
Desaprender,
reaprender e aprender são as
essências desse desafio.”
(Stephen Sterling)

RESUMO

SCHMAEDECKE, Rosane Lewiski. **Análise do Sistema de Gestão Ambiental em uma empresa de cosméticos por meio da utilização do SICOGEA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental**. 2006, 97 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Nos últimos 50 anos as questões ambientais passaram a ter maior importância, tanto pelas exigências do mercado consumidor quanto pela legislação ambiental cada vez mais rígida. Em atendimento à essas exigências, as organizações começaram a implantar sistemas de gestão ambiental como ferramentas estratégicas na busca do sucesso e construção de uma boa imagem perante a sociedade que cada vez mais valoriza as empresas socioambientalmente responsáveis. Um número cada vez maior de empresas está buscando acrescentar nas demonstrações contábeis, seus feitos nas áreas de responsabilidade social e ambiental. Porém, poucas divulgam em seus relatórios o que de concreto está sendo realizado na área ambiental em termos quantitativos, até aparecem alguns números nos balanços sociais, mas os demonstrativos contábeis apresentam pouca ou nenhuma informação sobre ativos, passivos, despesas e receitas ambientais. Este trabalho objetivou analisar o Sistema de Gestão Ambiental da Empresa “X” de Cosméticos S.A. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo estudo de caso, em que se buscou a partir da lista de verificação do SICOGEA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental, analisar a sustentabilidade da empresa estudada. Os dados foram coletados por meio de pesquisas nos *sites* disponibilizados pela empresa, nos meses de agosto a dezembro de 2006, tendo estes, caráter qualitativo. Como resultado da pesquisa, verificou-se que a empresa apresenta uma sustentabilidade global de 82,96% e o critério ao qual deve ser dada maior ênfase é a Disponibilidade de Capital da fase 1 etapa 3 do SICOGEA. Constata-se ainda, que possui investimentos na área ambiental, contudo, estes não são divulgados em quantidades monetárias, tendo dessa forma; como sugestão, a realização de uma Demonstração Ambiental específica.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental; gestão ambiental; empresa do ramo cosmético.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Função vital das organizações na sociedade	25
Figura 2.2 – Esquema estrutural do SICOGEA.....	46
Figura 3.1 – Unidade modelo nacional no quesito preservação de meio ambiente.....	50
Figura 3.2 – Visão de sustentabilidade da empresa estudada.....	51
Figura 3.3 – Sistema de gestão ambiental da empresa estudada	52
Figura 3.4 – Crenças da Empresa “X” de Cosméticos	53
Figura 3.5 – Estrutura da terceira etapa do programa.....	54
Figura 3.6 – Estrutura da primeira fase – terceira etapa.....	55
Figura 3.7 – Sustentabilidade da comunidade local	58
Figura 3.8 – Instalações da Estação de Tratamento de Água	63
Figura 3.9 – Fábrica de shampoo.....	63
Figura 3.10 – Espaço Empresa “X” de Cosméticos	65
Figura 3.11 – Vista aérea de unidade produtiva, no detalhe, instalações da ETE.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Modelo de DRE adaptada ao meio ambiente	37
Quadro 2.2 – Visão geral da gestão ambiental	40
Quadro 2.3 – Principais razões em sistema de medição de desempenho	43
Quadro 3.1 – Constituição do questionário aplicado.....	56
Quadro 3.2 – Avaliação da Sustentabilidade e Desempenho Ambiental	57
Quadro 3.3 – Emissão de CO2 apurados pela Empresa “X” de Cosméticos de 2003 a 2005	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Nível de sustentabilidade obtido a partir da análise dos dados	57
Tabela 3.2 – Principais Resultados Financeiros dos Exercícios de 2004 e 2005	70
Tabela 3.3 – Porcentagem de refil sobre a venda total	76

LISTA DE SIGLAS E REDUÇÕES

A – Adequado

ABERJE – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACV – Análise de Ciclo de Vida

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CCN – Departamento de Ciências Contábeis

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CNA – Centro de Atendimento (Empresa Estudada)

CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CO₂ – Gás Carbônico

D – Deficitário

ETA – Estação de Tratamento de Água

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

Fasb – *Financial Accounting Standards Board*

FIDES – Fórum Integração e Desenvolvimento

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GAIA – Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais

GRI – *Global Reporting Initiative*

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores

NA – Não se Adapta

ISSO – *International Organization for Standardization*

NBR – Norma Brasileira

NO_x – Óxido de nitrogênio

ONU – Organização das Nações Unidas

S.A. – Sociedade Anônima

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

SICOGA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental

SIGAN – Sistema de Gestão Ambiental (Empresa Estudada)

SINN – Sistema Integrado Normativo (Empresa Estudada)

SNAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor (Empresa Estudada)

SOx – Dióxido de enxofre

3Rs – Redução, Reutilização e Reciclagem

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 TEMA E PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	17
1.4 METODOLOGIA	17
1.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	20
1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DO TRABALHO	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 FOCO SOCIAL DA CONTABILIDADE	22
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL	23
2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL	26
2.3.1 Ativo Ambiental	28
2.3.2 Passivo Ambiental	29
2.3.3 Gastos Ambientais	31
2.3.3.1 Despesas Ambientais	33
2.3.3.2 Custos Ambientais	33
2.3.4 Receitas Ambientais	34
2.3.5 Demonstrações contábeis adaptadas ao meio ambiente	36
2.4 GESTÃO AMBIENTAL	38
2.4.1 Sistemas de Gestão Ambiental	41
2.4.1.1 GAIA	43
2.4.1.2 SICOGEA	44
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	48
3.1 SELEÇÃO DA EMPRESA	48
3.2 HISTÓRICO DA EMPRESA PESQUISADA	49
3.2.1 Visão de sustentabilidade da empresa	51
3.2.2 Sistema de Gestão Ambiental da empresa	52
3.3 GESTÃO DA CONTABILIDADE E CONTROLADORIA AMBIENTAL	54
3.3.1 Investigação e mensuração	55
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	57
3.4.1 Fornecedores	58
3.4.2 Processo produtivo	59

3.4.2.1	Eco-eficiência do processo produtivo.....	60
3.4.2.2	Nível de tecnologia utilizada	62
3.4.2.3	Aspectos e impactos ambientais	63
3.4.2.4	Recursos humanos na organização	65
3.4.2.5	Disponibilidade de capital	67
3.4.3	Indicadores contábeis	67
3.4.3.1	Indicadores ambientais de bens direitos e obrigações	68
3.4.3.2	Indicadores ambientais de contas de resultado	69
3.4.3.3	Indicadores de demonstração ambiental específica.....	71
3.4.4	Indicadores gerenciais	73
3.4.5	Utilização do produto	74
3.4.6	Serviço pós-venda	76
3.5	ANÁLISE GERAL DO RESULTADO DA PESQUISA APLICADA	77
3.5.1	Sustentabilidade total	78

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS...

	79
4.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS QUANTO AO PROLEMA	79
4.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS QUANTO AOS OBJETIVOS	80
4.3	QUANTO A SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	81

REFERÊNCIAS

83

APÊNDICES

86

1 INTRODUÇÃO

No presente capítulo, aborda-se o tema e problema do trabalho, salientando a importância do mesmo, seus objetivos geral e específicos. Na sequência, demonstra-se a justificativa do estudo, bem como a metodologia aplicada, limitação do estudo, estrutura e descrição do trabalho.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Os efeitos do desenvolvimento tecnológico e conseqüentemente a crescente concorrência global vêm modificando as expectativas dos clientes, que desenvolveram restrições de consumo devido a degradação ao meio ambiente e hoje buscam além da qualidade do produto que estão adquirindo saber se este é produzido de forma a preservar o ecossistema e garantir às gerações futuras, os mesmos benefícios naturais hoje disponíveis.

O elevado nível de degradação do patrimônio natural impulsionou a sociedade em geral a exigir uma atuação mais responsável e enérgica no que tange à proteção ambiental, daí surgindo as leis que norteiam o procedimento de ocupação do solo (RIBEIRO, 1998).

Nos últimos 50 anos as questões ambientais passaram a ter maior importância, tanto pelas exigências do mercado consumidor quanto pelas políticas ambientais cada vez mais rígidas. Sua maior evidenciação deu-se na década de 90, com a realização da Rio/92, na oportunidade, a cidade do Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), onde estiveram reunidas delegações de mais de 170 países com o intuito de conciliar o desenvolvimento com a conservação dos ecossistemas. Esse encontro resultou na aprovação de um documento que estabelece um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o século que então estava por vir, documento este, denominado de Agenda 21. A partir desse evento é que se passou a dar maior valor à sustentabilidade no processo de desenvolvimento econômico. Outro fator que contribuiu para que se prestasse mais atenção ao meio ambiente, foi o visível agravamento de impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento social, comprometendo as gerações futuras.

O processo de conscientização deu-se inicialmente em países de primeiro mundo que ao sentirem a escassez de seus recursos naturais perceberam a necessidade de gerenciar os impactos causados pelo processo de industrialização, assim como de recuperar o meio

ambiente degradado, passando então a desenvolver o controle sobre os processos produtivos e suas emissões de resíduos. A preservação e o combate à poluição são questões que dizem respeito a todos os habitantes do planeta, estejam eles estabelecidos onde estiverem.

Cada vez mais a responsabilidade ambiental deixa de ser modismo para fazer parte do rol de exigências do consumidor que está a cada dia mais atento às informações sobre produtos postos à venda. Esses novos consumidores estão exigindo dados sobre sua origem e forma de obtenção, dando preferência àqueles produzidos com a utilização de processos e componentes que sejam favoráveis à preservação ambiental.

A preocupação com o meio ambiente está se tornando um quesito essencial para a sobrevivência competitiva das organizações. Por isso, é crescente o número de empresas tanto em nível nacional quanto internacional a se preocupar com as questões ambientais além daquelas que lhes são impostas por lei no sentido de preservação e recuperação do ecossistema.

Não há ainda um entendimento coletivo sobre o que consiste responsabilidade ambiental de uma empresa, mas cada vez mais os gestores estão preocupados com as pessoas e o meio em que interagem tanto quanto com a gestão de negócios. Motivo pelo qual a implantação de um sistema de gestão ambiental é uma ferramenta estratégica para as organizações, pois seus benefícios estão além da redução de custos e controle de poluentes, estendendo-se à construção de uma boa imagem perante a sociedade.

Neste contexto, conforme declaração de vários organismos internacionais, a contabilidade ambiental é um instrumento de informação fundamental para a melhoria da gestão do meio ambiente, para tanto, faz-se necessário que antes de tudo o contador seja um observador de todos os eventos que giram em torno da empresa.

Em se tratando dos fatos ambientais, a Contabilidade tem dificuldades de fornecer relatórios que demonstrem a quantificação monetária das ocorrências, pois se depara com o problema de mensuração do crescimento econômico da empresa, levando em conta sua relação com a natureza, sua evolução histórica e parâmetros comparativos em seu setor, bem como com o mercado.

Nesse contexto, destacam-se os relatórios contábeis como instrumentos de pesquisa para o público externo da empresa, que a partir destes, tomará conhecimento de como estão as ações ambientais de referida entidade.

De imediato, depara-se com a realidade de que poucas empresas divulgam em seus relatórios contábeis o que de concreto está sendo realizado na área ambiental em termos quantitativos. Todavia, cabe esclarecer que aparecem alguns números nos balanços sociais,

mas não existem demonstrações contábeis que apresentem ativo e passivo nem custos ou receitas ambientais que possam identificar onde foram usadas as verbas inicialmente voltadas à preservação do meio ambiente.

A fim de satisfazer a necessidade de informações de cunho ambiental, surgem alguns métodos de divulgação de atividades voltadas à área como o GRI – *Global Reporting Initiative*, que é uma instituição não governamental norte-americana. Foi fundada em 1997, com a missão primeira de desenvolver e disseminar globalmente as diretrizes mais adequadas à elaboração de relatórios de sustentabilidade, sendo esta de uso voluntário às entidades que pretendam relatar, além dos aspectos financeiros, também as realizações sociais e ambientais de suas atividades, produtos e serviços.

Como a literatura disponível é falha quanto à necessidade de os relatórios contábeis disponibilizarem informações referentes à responsabilidade ambiental das entidades e sabendo que a Empresa “X” de Cosméticos S.A. é pioneira a nível nacional, a implantar uma política de meio ambiente e também um sistema de gestão ambiental, sendo a primeira empresa brasileira a aderir em seu Balanço Social ao método de apresentação dos indicadores de desempenho econômico, social e ambiental do GRI. Busca esse trabalho, responder a seguinte questão-problema:

Quais os reflexos da gestão ambiental nas atividades e nos resultados da Empresa “X” de Cosméticos S.A.?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o Sistema de Gestão Ambiental da Empresa “X” de Cosméticos S.A.

A partir do objetivo geral, no tocante aos objetivos específicos busca-se o seguinte:

- esclarecer aspectos ambientais dando ênfase a responsabilidade social;
- caracterizar em que consiste ativo, passivo, gastos e receitas ambientais;
- explicar conceitos sobre gestão e sistemas de gestão ambiental;
- caracterizar alguns métodos de sistemas de gestão ambiental; e
- analisar o desempenho do sistema de gestão ambiental implantado na Empresa “X” de Cosméticos S.A., com o auxílio da aplicação parcial do SICOGEA (Sistema Contábil Gerencial Ambiental).

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O consumidor está cada vez mais valorizando aquelas empresas que além de oferecer produtos de qualidade, tenham noção da dimensão de sua responsabilidade para com o meio ambiente, funcionários, clientes, fornecedores, enfim, com a sociedade em que está inserida e sendo afetada por suas ações. Nesta perspectiva, muitas empresas buscam acrescentar em suas demonstrações contábeis, seus feitos nas áreas de responsabilidade social e ambiental. Porém, a forma como são apresentadas e interpretadas essas questões ainda pode ser considerada como pontos dúbios na contabilidade.

Em se tratando do assunto em destaque, que busca explanar os Sistemas de Gestão Ambiental, esta pesquisa pretende identificar como a instituição Empresa “X” de Cosméticos S.A. vem desenvolvendo ações em função do sistema por ela implantado e qual a contribuição do mesmo para com a sociedade e o meio ambiente.

Assim sendo, esta pesquisa visa contribuir no sentido de oferecer subsídios informacionais que permitam à sociedade e aos gestores empresariais uma melhor compreensão do que consiste responsabilidade social com ênfase na questão ambiental, mais especificamente nos Sistemas de Gestão Ambiental.

Tendo em vista a relevância da opinião pública em relação às ações ambientais das empresas, o fato de as mesmas estarem divulgando seus feitos nessa área contribui para que a sociedade em geral tome conhecimento e passe a ver esta entidade como uma empresa ambientalmente responsável e preocupada não só com o seu futuro ou da comunidade onde ela está instalada, mas com a sociedade em geral que de alguma forma possa estar sendo afetada por seu processo produtivo.

1.4 METODOLOGIA

O conhecimento científico é produzido pela investigação científica por meio de seus métodos. Não é realizado completamente pelo fato de se ter aprendido algo de novo, mas sim, por explicar o que é e o porquê desse novo evento. No caso de conhecimentos já existentes que estejam deixando dúvidas no momento de solucionar questionamentos surgidos, esse conhecimento deve ser pesquisado, comprovado, para posteriormente ter crédito e tornar-se uma espécie de lei que passará a ser válida para todos os eventos semelhantes que venham a ocorrer.

De acordo com Oliva (2003, p. 7) o homem “[...] aos poucos foi desenvolvendo a capacidade de dar respostas inteligentes aos problemas [...]” e argumenta que o ser humano gradualmente acumula o saber e o transmite de geração em geração.

Surgem daí, dessa necessidade que o homem tem de ver solucionados todos os questionamentos de seu cotidiano, estudos no sentido de encontrar respostas práticas aos problemas que lhe são apresentados.

Esses estudos, segundo Bervian e Cervo (1978) estão divididos em quatro áreas, quais sejam: o conhecimento **empírico**, quando ocorre de modo espontâneo, se adquire sem ter sido procurado ou estudado; **teológico** ou **mítico** é aceito mediante dados da revelação divina, aceitando a explicação de alguém que já tenha desvendado o mistério; o **filosófico** que é constituído de realidades imediatas, não perceptíveis pelos sentidos, não passíveis de experimentação e o **conhecimento científico** que é real por lidar com fatos e ocorrências, é por meio da experimentação produzida, pela investigação científica, pela aplicação de métodos sistemáticos de pesquisa que se conhece a veracidade ou a falsidade desses fatos.

A pesquisa é um método criado pelo homem, para investigar o ambiente onde ele vive e investigar a ele próprio. O homem está sempre em busca de respostas para suas indagações. O que hoje é uma certeza, amanhã em consequência de algum evento qualquer, pode deixar de ser. A pesquisa é uma forma científica de mostrar a melhor maneira de buscar respostas às indagações humanas.

Neste contexto, esta pesquisa visa efetivar trabalho de conclusão de curso e é voltada à área de Contabilidade Ambiental, mais especificamente para Sistemas de Gestão Ambiental. Por se tratar de um trabalho científico esse estudo utiliza-se de procedimentos metodológicos para sua consecução.

Dessa forma, é classificada quanto aos objetivos, como exploratória. Para Gil (1999), essa tipologia é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

As principais finalidades de uma pesquisa exploratória são, segundo Andrade (1993, p. 98), “[...] proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.”

Além disso, esse estudo tem cunho bibliográfico tendo em vista que vai explorar o assunto reunindo mais conhecimento por meio de levantamentos bibliográficos, análise de exemplos já existentes e incorporação de características inéditas.

Quanto aos procedimentos, ou seja, a maneira pela qual se conduz o estudo a fim de se obter os dados, a presente pesquisa pode ser definida como estudo de caso.

Para Gil (1991, p. 73), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados.”

Já na visão de Bruyne, Herman e Schoutheete (1982), essa tipologia justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vistas em aprender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

A pesquisa pode ser classificada em estudo de caso, quando seu foco principal está em um único ou em poucos casos, de forma a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento. De acordo com Raupp e Beuren (2003, p. 84),

percebe-se que esse tipo de pesquisa é realizado de maneira mais intensiva, em decorrência de os esforços dos pesquisadores concentrarem-se em determinado objeto de estudo. No entanto, o fato de relacionar-se a um único objeto ou fenômeno constitui-se em uma limitação, uma vez que seus resultados não podem ser generalizáveis a outros objetos ou fenômenos.

Neste trabalho, o estudo de caso é produzido em uma empresa do ramo de cosméticos, e busca maiores esclarecimentos de como vem sendo desenvolvido o sistema de gestão ambiental e qual a contribuição deste nas ações executadas pela empresa na área ambiental. Optou-se por limitar a coleta de dados nos relatórios do Balanço Social, em “Indicadores Econômicos, Sociais e Ambientais” do período que compreende o exercício financeiro de 2005, além de outros *sites* disponibilizados pela empresa e visita realizada por alunos da Disciplina Análise das Demonstrações Contábeis da UFSC, com uma verificação *in loco*.

O trabalho foi realizado em 03 fases; sendo a primeira a fundamentação teórica, a segunda, o estudo de caso numa empresa do ramo de cosméticos e a terceira, análise e interpretação de dados.

Na primeira fase, descreve-se a revisão teórica sobre o foco da contabilidade; responsabilidade social; contabilidade ambiental, estando nesta inseridos: ativos ambientais, passivos ambientais, receitas ambientais, gastos ambientais (custos e despesas) e ainda como parte da revisão, destaca-se a gestão ambiental, momento em que é exposto conteúdo sobre

métodos de sistema de gestão ambiental, neste trabalho estando destacados o GAIA (Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais) e o SICOGEA (Sistema Gerencial Ambiental), este último, foco do trabalho ora apresentado, advindo da tese de doutorado da Professora Doutora Elisete Dahmer Pfitscher em 2004.

Quanto à segunda fase, após pesquisa de campo, decide-se por uma empresa do ramo de cosméticos. Primeiramente apresenta-se um breve histórico da empresa, após, mostra-se a lista de verificação a ser aplicada na referida organização. Conta-se, nesta fase, com o auxílio de extencionistas do Curso de Ciências Contábeis da UFSC, especificamente da Disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis (CCN 5303 – Turma 0504), que realizaram a visita *in loco* e são, portanto, relatores de parte da lista de verificação.

Na última etapa da pesquisa, faz-se a análise da sustentabilidade econômica e ambiental a partir das informações obtidas, seguindo a avaliação do SICOGEA. Estes dados são devidamente coletados e analisados a partir das fontes já citadas.

De acordo com Silva e Menezes (2001), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo da pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é instrumento-chave. Fato que classifica a pesquisa em desenvolvimento quanto à abordagem do problema, como qualitativa.

1.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Embora este assunto seja discutido por vários pesquisadores, ainda existe pouco referencial bibliográfico nesta área.

A presente pesquisa limita-se pela coleta dos dados obtidos nos Relatório do Balanço Social, parte que trata de “Indicadores Econômicos, Sociais e Ambientais”, do exercício financeiro de 2005, divulgados via *internet* pela empresa de cosméticos ora pesquisada, não sendo portanto verificado *in loco* todas as informações, uma vez que houve a visita dos alunos que auxiliaram em algumas respostas, considerando uma porcentagem das entrevistas, não sendo possível no entanto, contar com respostas diretas dos gestores à totalidade da lista de verificação.

Em função de o presente trabalho caracterizar-se como um estudo de caso, os resultados obtidos quando da pesquisa realizada não podem ser atribuídos à outras empresas nem mesmo de setor idêntico a estudada, pois a conclusão a que se chegou após a realização desse trabalho

só pode ser direcionada à organização foco do estudo uma vez que as informações obtidas para que se chegasse à essa dedução foram todas extraídas de relatórios de atividades da empresa estudada.

1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo nestes apresentados o conteúdo abordado para o desenvolvimento do mesmo.

No primeiro capítulo apresenta-se a introdução ao assunto, tema e problema abordados, objetivos geral e específicos e justificativa do estudo, seguidos da metodologia adotada para a efetivação da pesquisa.

O segundo capítulo traz a revisão teórica, mostrando o foco social da Contabilidade; responsabilidade social; Contabilidade Ambiental; descrevendo ativo ambiental, passivo ambiental, receita ambiental, gastos ambientais; Gestão Ambiental dando um enfoque especial aos Sistemas de Gestão Ambiental denominados GAIA (Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais) e SICOGEA (Sistema Contábil Gerencial Ambiental).

Quanto ao terceiro capítulo, é feita a apresentação da empresa de cosméticos estudada; primeiramente um breve histórico, após a Gestão da Contabilidade e Controladoria Ambiental, tem-se então, a proposta para lista de verificação e na sequência é realizada a análise dos dados levantados.

Após apresentam-se as conclusões e sugestões para futuros trabalhos, seguido de referências e apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo traz uma visão geral dos temas necessários para a fundamentação teórica da pesquisa. Inicialmente é abordado o foco social da Contabilidade, na sequência será feito um breve relato sobre a Responsabilidade Social, em seguida, tratar-se-á da Contabilidade Ambiental, prosseguindo com os temas: ativo, passivo, receitas, gastos (custos e despesas). Dando sequência ao capítulo é apresentado um breve esclarecimento sobre Gestão Ambiental, Sistemas de Gestão Ambiental e para encerrar a fundamentação teórica são expostos alguns métodos de Sistema de Gestão Ambiental, mais especificamente é explanado sobre o GAIA – Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais e o SICOGA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental.

2.1 FOCO SOCIAL DA CONTABILIDADE

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004), até o século XIX, a Contabilidade tinha função de divulgar basicamente informações financeiras que eram voltadas aos interesses de proprietários e financiadores das organizações. A mudança no comportamento do mercado, em função principalmente da revolução tecnológica do início do século XX trouxe consigo um maior número de opções ao consumidor. Este, por sua vez, passou a cobrar das empresas, atitudes que proporcionem o bem-estar da população em geral. A Contabilidade deixou de produzir relatórios que somente evidenciavam a avaliação financeira da empresa e passou a fornecer pareceres úteis a todos os usuários que de alguma forma se inter-relacionam com a empresa e necessitam de algum tipo de informação além das de natureza econômica, também as de natureza social.

Neste contexto, Luca (1998), diz que o objetivo da Contabilidade, que numa visão social está ligada à responsabilidade social da empresa, é fornecer informações para permitir aos seus usuários uma avaliação dos efeitos das atividades dessa empresa sobre a sociedade onde ela está inserida.

Em função da crescente globalização dos mercados, a boa imagem da organização passou a ser fator estratégico de competitividade e garantia de continuidade, pois na busca por informações para auxiliar a tomada de decisão, os consumidores e investidores tendem a dar prioridade à empresa socialmente responsável.

Tinoco e Kraemer (2004), entendem que as organizações devam apresentar e divulgar informações sobre seus esforços voltadas à área social, por acreditarem que a sociedade tem o direito de saber o que cada empresa vem fazendo nesse sentido e ao mesmo tempo entenderem essa atitude como ponto positivo para as organizações, tanto no sentido de divulgação de sua imagem quanto para melhoria de informações contábeis, econômicas, sociais e ambientais.

Nesse contexto, estudiosos trazem como instrumento de divulgação das ações sociais e ambientais das entidades, o Balanço Social que, de acordo com Ribeiro (2006), foi instituído na França em 1977, a princípio com uma visão estritamente voltada a recursos humanos, passando mais tarde a abordar amplamente dados relativos a questões ambientais, cidadania e valor agregado à economia do país.

Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 87), “Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários.”

A divulgação do Balanço Social vem sendo encarada por pesquisadores como uma tendência crescente no meio empresarial, pois entendem que as organizações precisam abrir espaço às relações sociais, dentro e fora da empresa, na divulgação de suas demonstrações contábeis tradicionais, visando atingir objetivos como a ampliação da produção e da produtividade, a melhoria da qualidade, o domínio do mercado, a maximização da rentabilidade e a continuidade.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade social é um tema que vem sendo amplamente discutido e está ganhando espaço no ambiente empresarial. Engloba toda e qualquer ação da empresa que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e é tida como uma ação estratégica, que visa o retorno econômico social, institucional e tributário-fiscal.

Hoje, a empresa precisa além de visar o lucro, também cumprir seu papel como agente social na geração de bem-estar à população. Neste contexto, a responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetam positivamente, de modo amplo, ou a alguma

comunidade, de modo específico, agindo de forma pró-ativa e coerente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

No entendimento de Ribeiro (2006, p. 43), “responsabilidade social envolve o conhecimento das preferências e prioridades sociais. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico, uma vez que as variáveis, que as influenciam, alteram-se de uma região para outra, como também de geração para geração.”

Na concepção de Frey e Frey (2001, p. 46), “[...] a responsabilidade social passa a fazer parte do contexto empresarial, constituindo-se num diferencial, evidenciando-se uma preocupação em conhecer a representatividade da prática da responsabilidade no valor que a sociedade atribui às empresas socialmente responsáveis.”

Cada vez mais a organização precisa manter um bom relacionamento com seus *stakeholders* (colaboradores, clientes, fornecedores, governo, comunidade, etc.), que tendem a valorizar a atuação socialmente responsável das empresas, e consideram que a atitude empresarial deve contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade, indo além do simples cumprimento das leis.

Neste sentido, tem havido uma preocupação crescente das entidades em relação a opinião pública, pois as questões externas aos negócios estão visivelmente interferindo na estratégia de responsabilidade social e na gestão de riscos das mesmas.

De acordo com Milano *et al* (2002, p. 26), “há algum tempo, a única preocupação dos consumidores ao comprar um produto era a qualidade”, nesse tempo, o perfil da empresa era traçado a partir da premissa, “produto bom, empresa boa.” Atualmente, a expectativa do consumidor é de que a empresa abandone o papel de simples fornecedora de produtos e transforme-se em uma entidade atuante, que tenha visível preocupação em devolver algo à comunidade; que trate seus clientes como pessoas inteligentes e que acima de tudo, tenha um comportamento ético.

Em entrevista concedida à repórter Cynthia Rosenberg do Guia Exame 2005 – Boa Cidadania Corporativa, o vice-presidente da consultoria *SustainAbility*, Lye (2005, p. 28), diz que “as expectativas dos consumidores estão levando as empresas a pensar não apenas suas obrigações legais, mas também suas obrigações morais.” Ainda de acordo com Lye, “[...] as questões externas aos negócios terão peso cada vez maior na estratégia de responsabilidade social e gestão de riscos.”

As ações de responsabilidade social e cidadania empresarial podem determinar o potencial de uma empresa. Esta, no intuito de ser considerada socialmente responsável, precisa realizar seus negócios por meio de procedimentos corretos e transparentes que

respeitem os princípios éticos e a comunidade dentro da qual está inserida. Além disso, deve investir no desenvolvimento profissional dos trabalhadores, em melhorias nas condições de trabalho e em benefícios sociais para seus colaboradores. Para tanto, é imprescindível que a organização tenha capacidade de criar e também de manter novos empregos, programas de preservação do meio ambiente e respeito aos direitos e a saúde dos colaboradores, tanto internos quanto externos.

Tinoco e Kraemer (2004), acreditam que as organizações têm a propriedade de gerar poder aquisitivo para as comunidades seja direta ou indiretamente, na geração de empregos ou ao influenciarem na qualidade de vida das pessoas pela oferta de produtos e serviços. Os autores utilizam-se da Figura 2.1, adaptada de Vasconcelos (2001), para espelhar a função vital das organizações na sociedade.

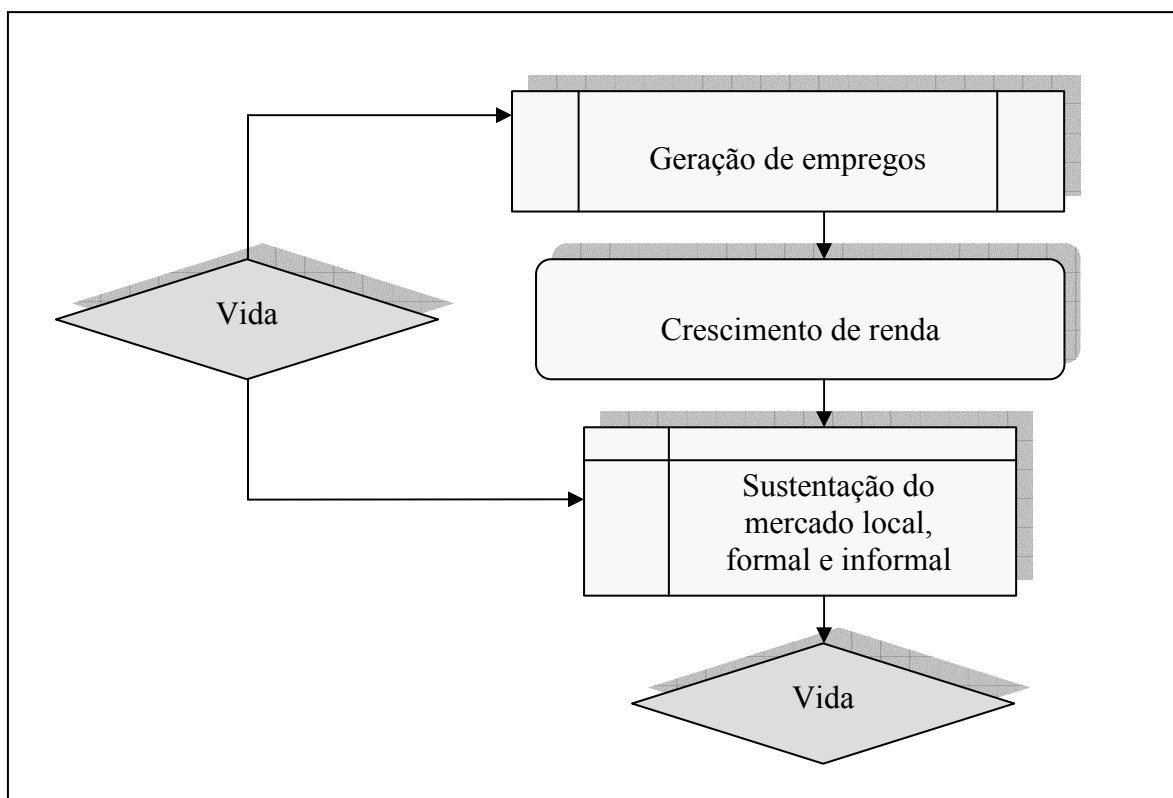


Figura 2.1 – Função vital das organizações na sociedade.

Fonte: Adaptado de Vasconcelos, (2001, *apud* TINOCO e KRAEMER, 2004, p. 104).

De acordo com Melo Neto e Froes (2001), as ações socialmente responsáveis da empresa aumentam a produtividade no trabalho, criam motivação, auto-estima e orgulho entre os funcionários.

Cabe ressaltar que além das preocupações de âmbito social, as empresas devem também voltar atenções à conservação do meio ambiente, atuando nesta área por meio de

intervenções não predatórias e de medidas que evitem consequências externas negativas de suas atividades.

A partir do momento em que as organizações sentem a necessidade de voltar maior atenção às questões que envolvem o ecossistema, a contabilidade surge como instrumento mediador entre empresas e sociedade, no sentido de oferecer relatórios que divulguem as atividades da instituição voltadas à área ambiental.

2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A evolução das organizações e das ciências a elas associadas trouxe consigo novas técnicas e processos de produção e controle empresariais. A conscientização socioambiental está presente no dia-a-dia das empresas modernas e atualizadas que passaram a dar maior importância aos aspectos ambientais no gerenciamento de seus negócios.

A questão passou a ser tratada como uma das variáveis mais importantes para a estratégia competitiva da empresa que adota medidas de preservação e restauração do meio ambiente, visando a longo prazo, além de manter vivo o ecossistema, minimizar custos de produção e conseqüentemente obter benefícios financeiros.

O ciclo de vida dos produtos passou a ser acompanhado com maior atenção, no intuito de reduzir os níveis de emissão de resíduos. Surge então, a necessidade de relatórios que permitam o controle da evolução dessas atividades.

A contabilidade ambiental foi instituída a fim de efetivar o registro e a geração destes relatórios com a finalidade de, segundo Paiva (2003, p. 17),

- auxiliar na elaboração do planejamento estratégico;
- servir de parâmetro no gerenciamento das atividades-alvo; e
- fornecer informações externas no sentido de prestações de contas dessas atividades.

A contabilidade ambiental tem grande importância na geração e processamento das informações, sendo usada como subsídio na identificação e registro de eventos ambientais, dando parâmetros aos usuários em suas tomadas de decisões, pois é usada como instrumento de informação dos efeitos provocados pelo desenvolvimento de um produto ou serviço junto ao meio ambiente.

Ribeiro (2006, p. 45), entende que o objetivo da contabilidade ambiental seja “[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um

determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.” Nesse sentido, a contabilidade é entendida como meio de fornecer informações e deve buscar responder ao novo desafio do mercado, que é atender aos usuários interessados na atuação das empresas sobre o meio ambiente, devendo ainda, contribuir para o sistema de gestão ambiental.

Para com os usuários internos, sua contribuição é no sentido de auxiliar quando da análise de viabilidade em dar seqüência à fabricação de determinado produto. Quanto aos usuários externos, pode auxiliar os consumidores que buscam adquirir produtos que causem menos prejuízos ao meio ambiente, investidores que buscam relatórios na intenção de avaliar possibilidades de retornos futuros, entre outros.

A contabilidade, como um instrumento fundamental na comunicação entre as empresas e a comunidade, é responsável por orientar na elaboração de diretrizes de como gerar o que deve ser evidenciado nos relatórios da empresa. Nesse sentido, a contabilidade ambiental busca registrar as transações da empresa que causam impacto ao meio ambiente e mensurar os efeitos que essas transações provocam, de que maneira afetam a posição econômico financeira dos negócios, sendo as informações geradas, essenciais para o sucesso na gestão do meio ambiente.

Infere-se, portanto, que a contabilidade ambiental é responsável pelos registros e demonstrações das atividades executadas pela empresa, relacionadas ao meio ambiente. De acordo Paiva (2003), é vista como sendo a atividade de identificação de dados e registros de eventos ambientais, processamentos e gerações de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisão.

Na visão de Ferreira (2001, p. 185), “a contabilidade ambiental, [...] tem o papel de fornecer informações adequadas à mensuração dos eventos econômicos relacionados com o meio ambiente, permitindo uma correta avaliação do patrimônio.” Ressalta ainda que contabilidade ambiental além de um sistema de informações para a tomada de decisão, é um instrumento comprometido com a continuidade da organização uma vez que é de sua responsabilidade oferecer dados relevantes aos gestores responsáveis pelo meio ambiente a tomar decisões que possam vir a contribuir para a obtenção de lucro e o desenvolvimento sustentável da organização.

2.3.1 Ativo Ambiental

De acordo com Iudícibus e Marion (1999, p. 143), “o ativo tem sido definido de várias maneiras, sendo a mais tradicional a do tipo ‘[...] ativo é o conjunto de bens e direitos à disposição da administração [...]’ ou variantes como ‘[...] ativos são os meios conferidos à administração para gerir a entidade [...]’ e parecidas.”

De acordo com Hendriksen e Breda (1999), em consonância com o Fasb, um ativo possui três características essenciais, quais sejam:

- incorpora um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuras.
- uma dada entidade pode conseguir o benefício e controlar o acesso de outras entidades a esse benefício.
- a transação ou evento originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo já terá ocorrido.

Para Ribeiro (1992, p. 57), “ativos são recurso econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados e dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros.”

Autores como Hendriksen, Martins e Iudícibus, entendem que desde que haja valor econômico, a forma como o ativo foi adquirido pela empresa, não tem a menor relevância em sua definição.

Os ativos podem ser classificados em tangíveis, quando possuem forma concreta e intangíveis, quando abstratos, possuem valor econômico no entanto não têm forma física.

Em se tratando de ativos ambientais, Tinoco e Kraemer (2004, p. 176), elucidam que “[...] são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente”, podem, dessa forma, ser considerados como ativos ambientais, todos os bens de capital circulante ou capital fixo, contanto que tenham como fim ou sejam oriundos da atividade de gerenciamento ambiental.

Nesse sentido, os ativos ambientais tendem a aumentar a capacidade, segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa, bem como reduzir ou prevenir prováveis contaminações ambientais resultantes de operações futuras e conservação do meio ambiente.

Podem ser citados como exemplo desses ativos a parte do estoque da empresa como insumos adquiridos para serem utilizados diretamente no processo produtivo com a finalidade de eliminar ou reduzir durante os procedimentos operacionais o surgimento de resíduos poluentes, bem como os componentes utilizados em operações pós-produção com o objetivo de limpar locais ou purificar resíduos produtivos afetados pelo processo.

De acordo com Paiva (2003), o Ibracon orienta que os gastos ambientais realizados na forma de investimentos de longo prazo sejam classificados como “Ativo Imobilizado Ambiental” quando se tratar de equipamentos adquiridos para a eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano. E, como “Ativo Diferido Ambiental” no caso de gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazo que resultem em benefícios e ações evidenciados em exercícios futuros.

As características dos ativos ambientais são próprias de cada organização, pois há diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas, por esse motivo, devem compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente.

2.3.2 Passivo Ambiental

Passivo pode ser visto como toda obrigação exigível ou dívida que será cobrada da empresa a partir de sua data de vencimento. Neste contexto, Hendriksen e Breda (1999, p. 283), elucidam que de acordo com o Fasb, passivos são; “sacrifícios futuros de benefícios econômicos decorrentes de obrigações presentes de uma dada entidade, quanto à transferência de ativos ou prestação de serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados.”

O termo passivo é tratado por alguns estudiosos como sinônimo de exigibilidade e de acordo com o Ibracon (1994, p. 101), “exigibilidades são obrigações assumidas por uma empresa (ou indivíduo) de entregar à terceiros parte do seu ativo ou lhes prestar serviços.”

Em se tratando de passivos ambientais, o tema necessita ainda de regulamentação legal, mas já é de conhecimento geral que eles precisam ser reconhecidos pelos empreendedores. Para tanto, segundo Tinoco e Kraemer (2004), os passivos ambientais normalmente são contingências formadas pelo uso de espaços que fazem parte do meio ambiente (rios, lagos, minas, entre outros), ou pelo processo de geração de resíduos ou lixo industriais de difícil eliminação. Representam toda a agressão que em algum tempo a organização praticou ou ainda pratica ao meio ambiente. Agressão essa formada geralmente em longos períodos, e por vezes passa despercebida pelos gestores da entidade. Como consequência pela agressão gerada, a empresa é obrigada a pagar grandes quantias a título de indenização a terceiros e multas para a recuperação de áreas degradadas.

Ainda para Tinoco e Kraemer (2004, p. 178),

os passivos ambientais não necessariamente originam-se de fatos com conotação negativa. Podem originar-se de projetos ambientalmente responsáveis que necessitem de investimentos a fim de serem concretizados, como por exemplo, no caso da manutenção de sistemas de gerenciamento ambiental, que além de funcionários e conseqüentemente salários, exigirão a aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, instalações para seu funcionamento.

Segundo Paiva (2003, p. 34), “o fato gerador das obrigações ambientais ocorre quando o meio ambiente é degradado.” Com a efetivação do fato gerador, socialmente a empresa tem a obrigação de recuperá-lo, no entanto, na prática o que se percebe é que a maioria das empresas por falta de conhecimento, de tecnologias e de interesse ainda deixa de cumprir com tal obrigação.

O que acaba por forçar as empresas a cumprirem com suas obrigações legais, é o fato de a sociedade estar bastante esclarecida e interessada em ver sendo postos em prática seus direitos de cidadania, fazendo dessa forma, com que as entidades assumam suas responsabilidades ambientais por vezes até para garantir sua continuidade no mercado.

Paiva (2003), acredita que é possível entender as obrigações ambientais de duas maneiras: passivos ambientais **normais**, quando decorrentes do processo produtivo pela emissão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que permitem controle, prevenção ou reaproveitamento. A substituição de insumos por outros menos poluentes ou reaproveitamento dos resíduos resultantes no processo, são métodos de redução e eliminação desses passivos. E os passivos ambientais **anormais**, resultantes de eventos não controláveis pela entidade e fora do contexto das operações, ou seja, quando ocorrem perdas inesperadas como, por exemplo, em decorrência de uma intempérie da natureza.

Para a ONU (1998 *apud* RIBEIRO, 2006), são três os tipos de obrigações resultantes do passivo ambiental, quais sejam:

- **legais** – surgem de imposição legal requerida por um contrato, legislação ou outro instrumento de lei. A empresa tem uma obrigação presente legal como consequência de um evento por ela praticado, como por exemplo pelo uso do meio ambiente ou a contaminação de um local;
- **construtivas** – ocorrem quando a empresa propõe-se a cumprir espontaneamente uma obrigação que não lhe seria cobrada por lei, visando proporcionar o bem-estar da comunidade, por estar ciente de suas responsabilidades sociais ou simplesmente porque está preocupada com sua imagem diante da sociedade em geral; e
- **justas** – são as obrigações cumpridas pela entidade que está ciente de sua responsabilidade social e age em razão de fatores éticos e morais, que julgam esta ação como justa e correta.

Quando da confirmação de responsabilidade da entidade em relação a algum evento que ocasionou danos ao meio ambiente, terá de haver, conseqüentemente, o ressarcimento do prejuízo. Deve-se fazer o registro contábil no sentido de constituir uma provisão para

reconhecimento da provável exigibilidade, ainda que o valor provisionado seja estimado conservadoramente devendo abranger todos os gastos a serem realizados.

Por ser o passivo ambiental de difícil mensuração, e caso em algum momento a empresa fique impossibilitada de fazê-la, poderá estimar esse valor baseado em ocorrências anteriores ou em novos conhecimentos tecnológicos e de legislação.

Ribeiro (2006), sugere que a composição e os valores do passivo ambiental sejam discriminados em notas explicativas às demonstrações contábeis e no caso de haver uma obrigação relevante em termos de valor e natureza, que sejam contabilizados e evidenciados em conta específica no Balanço Patrimonial.

2.3.3 Gastos Ambientais

De acordo com Martins (1998, p. 25) gasto é o “sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).” O autor lembra ainda que só se concretiza o gasto quando do reconhecimento contábil da dívida assumida ou da redução do ativo dado em pagamento.

A contabilidade, como ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades, possui instrumentos necessários para colaborar na identificação do nível de responsabilidade ambiental dos agentes econômicos.

Neste contexto, Tinoco e Kraemer (2004), destacam que a Contabilidade Ambiental serve particularmente para evidenciar e espelhar a relação das empresas e da Nação com o meio ambiente, dando atenção especial aos gastos e às ações ambientais que decorrem das atividades operacionais das empresas ao reconhecerem a existência de compromissos com o meio ambiente. Os autores afirmam também, que os gastos nem sempre são de fácil identificação, pois podem estar ocultos em etapas do processo produtivo, mas sempre presentes em muitas das ações da entidade.

Por vezes, os gastos ambientais podem ser de difícil percepção aos gestores e, conseqüentemente, ser confundidos com despesas operacionais, como no caso de pesquisas com novos produtos, novas formas de produção no intuito de melhorar a qualidade ou reduzir o consumo de insumos naturais esgotáveis e não renováveis. Ou seja, se a empresa degrada o meio ambiente em seu processo produtivo, os gastos decorrentes dessas ações devem ser

tratados como gastos ambientais, caso não o sejam, podem acabar ocasionando problemas futuros por passar as atores externos a imagem de empresa ambientalmente irresponsável.

Paiva (2003) entende que os gastos podem ser classificados essencialmente de duas formas: **os que se destinarão à geração de receitas**, subdivididos em **ativados**, por exemplo, na aquisição de estoques de matéria-prima e equipamentos. E **não ativados** quando referentes aos gastos do período no qual foram consumidos para geração de receitas, como os salários da administração e o aluguel. A segunda classificação de acordo com o autor, trata dos gastos **que não se destinarão à geração de receitas**, ou seja, aqueles que geram desembolso imediato ou futuro sem a previsão de receitas, podendo também ser qualificados como perdas, tais como multas e/ou obrigações de recuperação de áreas degradadas.

Referindo-se a gastos ambientais, Paiva (2003, p. 26-27), diz serem “[...] os gastos que, de alguma forma guardem relação com o meio ambiente, impactando-o no presente, ou que o farão no futuro, assim como os gastos que deixaram de ocorrer no passado, transformando-se em passivos ambientais, reconhecidos ou não.”

Dependendo da área de atuação e da natureza operacional da entidade, seja comercial, industrial ou prestadora de serviços, os gastos relativos ao meio ambiente podem ser efetuados de formas diversificadas. No entendimento de Paiva (2003, p. 29), “as empresas industriais são as que obrigatoriamente deveriam efetuar gastos preventivos com o meio ambiente, dada sua tendência à geração de resíduos.”

Sabe-se que mesmo quando analisada uma categoria semelhante de empresas, as variações em relação aos impactos ambientais provocados são bastante relevantes, pois dependem entre outros fatores, principalmente da área de atuação. Organizações que em seu processo produtivo utilizam uma quantidade elevada de produtos químicos, por exemplo, tendem a causar maiores danos ao ecossistema, do que aquelas que fazem pouco ou nenhum uso desse tipo de produto, devendo teoricamente, ter maiores gastos com prevenções ou restaurações de impactos.

A empresa que não reconhece seus gastos ambientais no momento do fato gerador, mais cedo ou mais tarde terá que fazê-lo, pois suas ações acabam repercutindo negativamente perante a sociedade que passa a cobrar dessa organização, algum ato efetivo a fim de amenizar possíveis danos causados ao ecossistema. Esses gastos, acompanhados de outros fatores, são fundamentais na formação, manutenção, recuperação ou degradação do conceito de uma instituição, dependendo de sua essência e finalidade.

Os gastos ambientais podem ser destinados à prevenção ou correção de danos causados pela empresa ao meio ambiente, em função de suas atividades produtivas, sendo

classificados quando em consequência de atos administrativos, como despesas e quando resultantes de atividades operacionais, custos.

2.3.3.1 Despesas Ambientais

De maneira geral despesa pode ser conceituada, conforme Hendriksen e Breda (1999, p. 232) como “[...] o uso ou consumo de bens e serviços no processo de obtenção de receitas.”

Martins (1998, p. 26) lembra que são itens que reduzem o Patrimônio Líquido e que têm característica de representar sacrifícios no processo de obtenção de receitas.

Despesa ambiental, por sua vez, compreende os gastos tomados ou exigidos para gerenciar os impactos ambientais das atividades de uma empresa de maneira ambientalmente responsável, bem como outros gastos direcionados aos objetivos e exigências ambientais de uma empresa.

A despesa ambiental resulta da amortização de ativo ambiental ou da constituição de passivo ambiental que já tenha esgotado sua capacidade de geração de benefício.

Com relação às despesas ambientais, Ribeiro (1998, p. 95) explana que:

consideram-se como despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, ou do de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado, e estas áreas desenvolvem atividades inerentes à proteção do meio ambiente.

Para que seja identificado onde as atividades ligadas à proteção ambiental são realizadas, é preciso que se faça uma investigação em todas as unidades de trabalho da entidade, pois os gastos ambientais tanto despesas quanto custos, não acontecem em áreas isoladas.

2.3.3.2 Custos Ambientais

Para Martins (1998, p. 25) custo é o “gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços”, e complementa dizendo que o custo é também um gasto reconhecido como tal, ou seja, como custo, no momento da utilização dos fatores de produção para a fabricação de um produto ou execução de um serviço.

Já os custos ambientais representam aplicação direta ou indireta no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa.

Ribeiro (1998, p. 89), classifica como custos ambientais, os seguintes:

- todas as formas de amortização (depreciação, amortização e exaustão) dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental possuídos pela companhia;
- aquisição de insumos próprios para controle/redução/eliminação de poluentes;
- tratamento de resíduos dos produtos;
- disposição dos resíduos poluentes;
- tratamento de recuperação/restauração de áreas contaminadas; e
- mão-de-obra utilizada nas atividades de controle/prevenção/recuperação do meio ambiente.

O controle dos custos ambientais conforme Ribeiro, Gonçalves e Lima (2002), tornou-se relevante dado o significativo volume que representam e, portanto, seus efeitos influem diretamente na continuação da empresa. Esse controle refletirá o nível de falhas existentes e o volume de gastos necessários para eliminar e/ou reduzir estas falhas, seja na forma de investimentos de natureza permanente, ou de insumos consumidos no processo operacional.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004), os custos ambientais classificam-se em externos e internos. São **externos** os que podem incorrer como resultado da produção ou existência da entidade, difíceis de medir em termos monetários por estarem geralmente fora dos limites da empresa como danos ao meio ambiente. Já os custos **internos** estão ligados diretamente à linha de frente da empresa, incluem custos de prevenção ou manutenção e são de mais fácil identificação.

Além disso, Tinoco e Kraemer (2004) também classificam os custos como **diretos** quando podem ser apropriados para um produto (programa de contaminação particular); **indiretos** os que não têm vínculo causal direto com o processo e gestão ambiental (associam-se aos centros de custos) e os custos **contingentes ou intangíveis** são potenciais custos internos futuros, que podem impactar nas operações efetivas da empresa.

Para se chegar a um desenvolvimento sustentável é preciso que as empresas adotem em seus processos produtivos, métodos que possibilitem uma produção eficiente, que desenvolva produtos de qualidade e que aproveite ao máximo todos os recursos usados no processo, sejam eles econômicos, financeiros, humanos ou naturais, dessa forma, reduzindo custos e proporcionando benefícios econômicos, financeiros e ambientais.

2.3.4 Receitas Ambientais

Receita, de acordo com o IBRACON (1994, p. 112), “corresponde a acréscimos nos ativos ou decréscimo nos passivos, reconhecidos e medidos em conformidade com princípios de contabilidade geralmente aceitos, resultantes dos diversos tipos de atividades e que possam alterar o patrimônio líquido.”

Iudícibus (2004, p. 164), entende por receita a “entrada de elementos para o ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços.” E lembra ainda o autor, que “uma receita pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos e de outros ganhos eventuais.”

Conforme o IBRACON (1994, p. 115), originam basicamente de três atividades:

- a) venda de produtos;
- b) receita de prestação de serviços decorrentes da faculdade de utilização dos bens da entidade por outrem, a qual resultará em juros, aluguéis, rendas de bens direitos e outros; e
- c) vendas de outros itens além dos acima mencionados, como, por exemplo, venda de equipamentos ou investimentos em outras entidades.

Geralmente, para ser reconhecida a receita, é preciso que o processo de realização da mesma esteja completo ou virtualmente completo concomitantemente ao fato de ter havido uma transação.

É possível auferir receitas, além das formas tradicionais, a partir de atividades que preservem o meio ambiente. Não só pelo fato de essa atitude minimizar os custos da entidade como também por passar à comunidade a imagem de empresa atuante que tem consciência da necessidade de responder às demandas da sociedade por um melhor controle de seus impactos ambientais e pelo desenvolvimento sustentável.

Referindo-se ao assunto, Pfitscher (2004, p. 48) explana que “as empresas que querem valorizar o meio ambiente colocam um produto de qualidade ambiental no mercado e estimulam seus consumidores a comprar mais. Há, como consequência o aumento da demanda e uma maior rentabilidade para a empresa.”

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 187-188), as receitas ambientais decorrem de:

- prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo;
- venda de produtos reciclados;
- receita de aproveitamento de gases e calor;
- redução de consumo de matérias-primas;
- redução do consumo de energia; e
- participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Ainda na opinião de Tinoco e Kraemer (2004, p. 190),

empresas que investem em meio ambiente provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o incremento da produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo, que poupadores de recursos podem ser por analogia considerados receitas, além de contribuírem para a redução de impactos ambientais.

As informações sobre impacto ambiental e desempenho operacional são realizadas por meio das demonstrações contábeis ambientais, que serão destinadas aos usuários internos e externos a fim de auxiliá-los na tomada de decisões em relação a empresa.

As demonstrações são de relevante importância para uma gestão ambiental adequada, podendo o gestor, a partir delas, tomar decisões que beneficiem a atividade da empresa.

2.3.5 Demonstrações contábeis adaptadas ao meio ambiente

Cabe a contabilidade, a partir de seus demonstrativos, reportar as atividades realizadas pela empresa. Embora os relatórios contábeis tenham plenas condições de evidenciar eventos de cunho ambiental, normalmente as empresas o fazem superficialmente, de forma a dificultar o entendimento de usuários que buscam informações sobre eventos, sejam gastos com preservação, investimento de prevenção ou outras realizações nesta área.

Para Cavalcante (2006, p. 72),

a evidenciação das ações ambientais deve ter clareza e possibilitar comparações e acompanhamento pelos usuários. Essa importância é útil tanto para os atuais sócios como para os futuros investidores e também comunidade em geral, que está preocupada com o meio ambiente.

Apesar de ainda não haver uma legislação específica que obrigue o fornecimento de tais informações, a divulgação de demonstrações ambientais se faz necessária para satisfazer cobranças da sociedade que tem interesse em conhecer a realidade da empresa, se a mesma oferece algum tipo de risco em consequência de suas atividades.

Paiva (2003, p. 69) recomenda: “a contabilidade, no papel de mensuradora dos eventos e transações das empresas, deve empenhar-se no sentido de classificar e quantificar monetariamente esses eventos, assim como em sua divulgação.”

Ribeiro (2006, p. 109), em concordância com Paiva, acredita que toda política contábil especificamente referente a exigibilidades ambientais e custos deve ser evidenciada e, sugere que a empresa informe a partir de suas notas explicativas ou relatórios da administração, diretrizes ambientais, como:

- ✓ comprometimento da empresa com estas questões;

- ✓ impacto de suas operações sobre o meio ambiente;
- ✓ estágio de adaptação de seu processo operacional a condições ambientalmente, saudáveis;
- ✓ medidas adotadas para reduzir ou eliminar efeitos negativos;
- ✓ tratamento contábil dado aos gastos desta natureza; e
- ✓ o que está incluído na definição de custos, se esta existir; entre outros.

A evidenciação dos fatores que refletem a interação da empresa com o meio ambiente é fundamental, pois qualquer que seja o usuário dessa informação, poderá estar interessado na identificação dos riscos de eventual descontinuidade e das perspectivas de continuidade, tendo em vista as ações e pressões governamentais, de créditos e da sociedade em geral.

Nesta perspectiva, Tinoco e Kraemer (2004, p. 192-193), apresentam modelos de Demonstrações Contábeis adaptadas à Contabilidade Ambiental, no intuito de focalizar especialmente contas ambientais que empresas de diversos setores da economia movimentam em decorrência dos impactos ambientais que proporcionam, conforme Quadro 2.1.

Demonstração do Resultado do Exercício Adaptada ao Meio Ambiente

1. Receita Operacional Bruta*
(-) Deduções de Vendas
2. Receita Operacional Líquida
3. Custos (despesas) dos Produtos e dos Serviços (-)*
4. Lucro Bruto
5. Despesas Operacionais
Normais
Ambientais
6. Outras Receitas e Despesas Operacionais
7. Lucro Operacional
8. Resultados Não Operacionais
9. Resultado do Exercício Antes dos Impostos, Contribuições e Participações (+/-)
(-) Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social
Participação e Contribuições (-)
10. Lucro (Prejuízo) do Exercício

Quadro 2.1 – Modelo de DRE adaptada ao meio ambiente.

Fonte: Adaptado de Tinoco e Kraemer (2004, p.192-193).

Para as empresas operarem de forma responsável para com o meio ambiente, torna-se necessário que a prevenção e outras questões ambientais estejam presentes em todos os aspectos do projeto, na fabricação e nos processos de distribuição do produto. Neste sentido, as questões ambientais devem integrar a administração empresarial e a contabilidade ambiental por meio de um sistema de gestão ambiental no intuito de evitar problemas com infrações e conseguir melhorias de eficiências operacionais além de vantagem competitiva.

* As receitas de vendas e os custos dos produtos e serviços que englobam itens ambientais podem ser detalhados por natureza.

2.4 GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental pode ser definida como sendo um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais desenvolvidas pelas entidades. Levam em conta a saúde e a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente por meio da eliminação ou minimização de impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos ou atividades, incluindo-se todas as fases do ciclo de vida de um produto.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 109),

gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no meio ambiente por suas atividades.

Ribeiro (2006, p. 146) entende gerenciamento ambiental como sendo “[...] um conjunto de rotinas e procedimentos que permite a organização administrar adequadamente as relações entre suas atividades e o meio ambiente em que elas se desenvolvem.” A autora acredita que o principal objetivo do gerenciamento ambiental seja atender às imposições legais que norteiam os procedimentos de efeitos ambientais da empresa, desde a produção, passando pela comercialização até o descarte final do produto.

As atividades de gerenciamento ambiental devem atender as necessidades de cada entidade em particular, levando em consideração o porte, as atividades exercidas, o envolvimento com a proposta ambiental, entre outras. É preciso também, que essas atividades se desenvolvam em cada departamento da empresa, pois, haverá um departamento responsável pela elaboração de planejamentos, mas, tanto a área administrativa, de produção, expedição, enfim todas as fases da cadeia produtiva devem estar comprometidas com a questão ambiental. Dessa forma poderá o gestor focar ações preventivas nos processos que ofereçam dano potencial ao meio ambiente, à saúde e risco à segurança de seus colaboradores e, no intuito de prevenir a poluição deve realizar regularmente atividades de controle e monitoramento.

A partir da gestão ambiental a entidade trabalha interna e externamente na busca da qualidade ambiental desejada. Todas as variáveis desse processo são consideradas na busca pelo desenvolvimento sustentável, pois ao implantar uma estrutura de gestão ambiental, toda a organização é envolvida promovendo a definição de funções, responsabilidades e autoridades.

Dessa forma elevando a motivação dos colaboradores, podendo inclusive, se bem explorada pelo *marketing*, trazer melhorias para a imagem da empresa que conquista a simpatia da sociedade em função das ações que pratica.

Pode-se então afirmar que a área de gestão ambiental é a responsável pelas atividades que demonstram os princípios e valores que ditarão as políticas e programas ambientais da organização, pondo em prática as decisões tomadas por todos os setores da empresa. Deve contar com o apoio de todas as áreas no sentido de ter a sua disposição, informações necessárias à tomada de decisão e à avaliação do desempenho da gestão ambiental implantada, pois qualquer alteração nas questões ambientais que envolvem a entidade, será de sua incumbência.

Ribeiro (2006, p. 148) entende que “a política ambiental deve refletir o compromisso da alta administração de atender à normalização legal e obter a melhoria contínua, tendo como base os objetivos e metas da empresa.”

Para que a organização obtenha sucesso com a implantação de sua gestão ambiental, é necessário que o gestor tenha conhecimentos específicos a fim de entender e realizar esse processo, gerando um sistema de informações capaz de registrar, medir e relatar suas ações que devem estar voltadas à redução e controle de impactos ambientais.

Nesse contexto, Ferreira (1999, p. 8), pondera que “o gestor ambiental é considerado responsável pelo gerenciamento de todos os impactos causados e dos benefícios gerados ao meio ambiente de toda a entidade”, ainda de acordo com a autora, ele deve ser capaz de decidir qual a melhor forma para tratar a degradação causada por todas as áreas da empresa, de forma a otimizar o resultado da entidade.

As principais informações a que o gestor deve ter acesso a fim de desempenhar sua função com clareza, precisão e relevância, no entendimento de Ferreira (1999), são os tipos de degradação causadas; a origem; os responsáveis (departamento, produtos, processos e material utilizado); efeitos dos impactos; histórico das degradações; padrões aceitáveis de poluição; resultados econômicos; resultados qualitativos; resultados quantitativos (quantidade de poluição gerada e recuperações e prevenções realizadas).

Ainda na concepção de Ferreira (1999), as políticas ambientais referem-se essencialmente a imagem pública da entidade, a educação ambiental dos funcionários, a participação em programas públicos de recuperação ambiental, ao fato de a empresa zelar pela implantação de processos produtivos (de bens ou serviços) que preservem o meio ambiente e a transparência sobre as ações da entidade que afetem o meio ambiente e que digam respeito a terceiros, direta ou indiretamente relacionados com a entidade.

Para Tinoco e Kraemer (2004), toda empresa que intencione trabalhar com gestão ambiental precisa passar por uma mudança em sua cultura organizacional e empresarial; por uma revisão de seus paradigmas. Pois é fato que a gestão ambiental tem se configurado como uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento.

Nesse contexto, de acordo com Macedo (1994, *apud* TINOCO e KRAEMER, 2004), a gestão ambiental pode ser subdividida em quatro níveis, e ainda de acordo com o autor, se uma unidade produtiva, ao ser planejada, atender a todos os quesitos impostos por esses níveis, por meio de ferramentas e procedimentos adequados, ela atenderá a todas as requisições existentes relativas à qualidade ambiental, conforme mostra o Quadro 2.2.

Gestão Ambiental			
Gestão de Processo	Gestão de Resultados	Gestão de Sustentabilidade	Gestão de Plano Ambiental
Exploração de recursos	Emissões gasosas	Qualidade do ar	Princípios e compromissos
Transformação de recursos	Efluentes líquidos	Qualidade da água	Política ambiental
Acondicionamento de recursos	Resíduos sólidos	Qualidade do solo	Conformidade legal
Transporte de recursos	Particulados	Abundância de diversidade da flora	Objetivos e metas
Aplicação e uso de recursos	Odores	Abundância e diversidade da fauna	Programa ambiental
Quadros de riscos ambientais	Ruídos e vibrações	Qualidade de vida do ser humano	Projetos ambientais
Situações de emergência	Iluminação	Imagem institucional	Ações corretivas e preventivas

Quadro 2.2 – Visão geral da gestão ambiental.

Fonte: Macedo (1994, *apud* TINOCO e KRAEMER, 2004).

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 111), Macedo dá a seguinte versão ao que ele classifica como os quatro níveis da gestão ambiental:

- **gestão de processos** – envolve a avaliação da qualidade ambiental de todas as atividades, máquinas e equipamentos relacionados a todos os tipos de manejos de insumos, matérias primas, recursos humanos, recursos logísticos, tecnologias e serviços de terceiros;
- **gestão de resultados** – envolve a avaliação de qualidade ambiental dos processos de produção, por meio de seus efeitos ou resultados ambientais;
- **gestão de sustentabilidade (ambiental)** – envolve a avaliação da capacidade de resposta do ambiente aos resultados dos processos produtivos que nele são realizados e que o afetam; e
- **gestão do plano ambiental** – envolve a avaliação sistemática e permanente de todos os elementos constituintes do plano de gestão ambiental elaborado e implantado.

As atividades de controle, preservação e recuperação ambiental, são pontos fundamentais para a continuidade da empresa, devido ao efeito que essas ações causam sobre o resultado e situação econômico-financeira, podendo até resultar na exclusão de algumas

companhias do mercado, em consequência de fatores relevantes, como a perda de clientes que estão buscando por produtos processados de forma ambientalmente saudável; a perda de investidores que além de estar interessados em garantias de retorno de seus investimentos, preocupam-se também com questões ambientais; a perda de crédito no mercado financeiro que atualmente, para liberar o crédito, faz várias exigências no sentido de a entidade estar cumprindo a legislação ambiental; e ainda em função das penalidades governamentais aplicadas no caso de descumprimento dessa legislação, que podem gerar multas de valores significativos capazes de impactar significativamente o fluxo de caixa da entidade.

Ao analisar a gestão estratégica de uma empresa, o primeiro pensamento que surge é voltado ao sistema de custos adotado por essa determinada entidade. Com o fim de garantir bom desempenho e até a continuidade dos negócios, todos os custos tidos como relevantes devem ser estudados, analisados com bastante perspicácia para que possam contribuir com o sucesso desse negócio. Neste contexto, a gestão ambiental é uma forma de reduzir o custo das operações e aumentar produtividade e receita.

De acordo com estudiosos da área, a implantação de sistemas de gestão ambiental proporciona benefícios tanto econômicos quanto ambientais às empresas que o fazem e, com criatividade e inovação, conseguem, com pouco ou nenhum investimento, grandes reduções nos seus orçamentos por meio de medidas ambientais corretas.

As empresas precisam antecipar-se as exigências do mercado e de órgãos reguladores do meio ambiente. A implantação de um sistema de gestão é uma ferramenta estratégica para as organizações, seus benefícios estão além da redução de custos e controle de poluentes, estendendo-se à construção de uma imagem perante a sociedade, ou seja, de uma organização responsável por suas atividades que não apenas gera produtos limpos (produtos gerados de forma sustentável, isto é, usando com eficiência materiais e energia renováveis, não-nocivos, capazes de conservar a biodiversidade), mas preocupa-se com o consumo que não degrade o meio ambiente.

2.4.1 Sistemas de Gestão Ambiental

No intuito de firmar uma imagem positiva e a participação no mercado, bem como aliar seus benefícios ambientais e ganhos econômicos, reduzindo custos e melhorando seus processos internos; aumentando produtividade e reduzindo desperdícios, as empresas estão cada vez mais se preocupando com as questões ambientais.

Uma vez que a crescente consciência ambiental e a escassez de recursos naturais vêm influenciando expressivamente o mercado e a sociedade em geral no que tange a preferência por produtos gerados a partir de processos ambientalmente responsáveis, é crescente o número de organizações a implantar um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, para responder as expectativas do público em geral e mostrar que possui um diferencial competitivo.

Conforme Tinoco e Kraemer (2004, p. 121):

um sistema de gestão ambiental pode ser definido como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente. Consiste, essencialmente, no planejamento de suas atividades, visando à eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas ou medidas mitigadoras.

Esclarecem ainda, os mesmos autores, que as etapas de um SGA podem apresentar-se sob a forma de princípios, tais como:

- **política do ambiente** – o primeiro passo a dar na implementação de um SGA, é a elaboração e definição dessa política que passa a ser uma espécie de comprometimento com as questões do ambiente, sempre na busca de uma melhoria contínua nos aspectos ambientais que envolvem as atividades da empresa;
- **planejamento** – como em qualquer outra medida da qual se almeja o sucesso, um bom planejamento é primordial devendo-se começar por identificar aspectos ambientais e avaliar seu impacto no meio ambiente; e
- **implementação** – tudo que for definido no planejamento como regras, responsabilidades e autoridades deve ser documentado e comunicado a todos os envolvidos, de forma a garantir sua aplicação.

É de dever da organização disseminar a cultura da responsabilidade ambiental, individual e coletiva, entre colaboradores, equipes de vendas, fornecedores, prestadores de serviços, consumidores, enfim entre todos os públicos que de uma ou outra forma têm ligação com a entidade. Devendo investir na formação dos colaboradores a fim de que os mesmos conscientizem-se da relevância de se ter uma política do meio ambiente e do SGA em geral implantado e dando resultados.

Pfitscher (2004) entende que um sistema de medição de desempenho pode contemplar os itens apresentados no Quadro 2.3.

Ordem	Especificação	Descrição
01	Controle	Controlar as atividades operacionais da empresa;
02	Incentivo	Proporcionar sistemas de incentivo aos funcionários;
03	Planejamento	Controlar o planejamento;
04	Estratégias competitivas	Criar, implantar e conduzir estratégias competitivas;
05	Resolução	Problemas que necessitem intervenção dos gestores;
06	Missão	Verificar se a missão da empresa está sendo atingida.

Quadro 2.3 – Principais razões em sistema de medição de desempenho.

Fonte: Adaptado de Miranda e Silva (2002 *apud* PFITSCHER, 2004, p. 60).

Para que a entidade cumpra com seu papel de respeitar o meio ambiente, todas as áreas de trabalho, assim como seus colaboradores, devem estar envolvidas com este propósito.

No intuito de avaliar a implantação e efeitos do SGA, surgem modelos de sistema de gestão ambiental. Na sequência estão listados dois desses modelos, sendo feita uma breve explicação sobre os mesmos.

2.4.1.1 GAIA

De acordo com o engenheiro agrônomo Alexandre de Ávila Lerípio que desenvolveu o método GAIA – Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais, no ano de 2001, em tese submetida ao programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção, o referido método é um conjunto de instrumentos e ferramentas gerenciais e foi concebido basicamente, para:

[...] proporcionar às organizações o atendimento à legislação, a melhoria contínua e a prevenção da poluição a partir de atividades focalizadas no desempenho ambiental e na sustentabilidade, tomando como elementos fundamentais do processo a organização e as pessoas através de suas relações como o meio ambiente. (LERÍPIO, 2001, p. 66).

Este método busca principalmente desenvolver uma consciência crítica nas pessoas que compõem a organização a respeito dos níveis de desperdício de matérias-primas e insumos no processo produtivo bem como sobre os efeitos dos resíduos, efluentes e emissões geradas por esse processo no ambiente e nas pessoas.

Dessa forma, procura informar a organização sobre os impactos ambientais que possam estar ocorrendo em diversas etapas do processo produtivo, visando oferecer alternativas para melhorar o desempenho ambiental na busca pela sustentabilidade.

De acordo com Pfitscher (2004, p. 81), “o GAIA surge, pois, para valorizar as empresas, as organizações e as áreas de recursos humanos, nelas inseridas. Valoriza, também, o público consumidor, uma vez que, ao verificar o impacto ambiental, atua na sociedade.”

O método GAIA é fundamentado basicamente em três fases, quais sejam:

- **sensibilização** – objetiva comprometer a alta administração com a melhoria contínua do processo. Entre as atividades atribuídas à esta fase, destacam-se: avaliação da sustentabilidade do negócio, análise estratégica ambiental e programa de sensibilização de partes interessadas;
- **conscientização** – visa identificar a cadeia de produção e consumo e os principais aspectos ambientais, especialmente o processo produtivo da organização alvo. Entre as atividades dessa fase, é possível destacar: mapeamento da cadeia de produção de consumo, estudos de entradas e saídas do processo e inventário de aspectos e impactos ambientais; e
- **capacitação** – busca capacitar os colaboradores a definir e implementar as melhorias no desempenho ambiental. Destacam-se como atividades desta fase: identificação criativa de soluções, estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental, além do planejamento.

Para uma melhor avaliação do desempenho ambiental da organização o autor do método em questão formulou uma série de perguntas para cada critério a ser avaliado, que buscam identificar elementos desse desempenho. Mas como o objetivo do estudo não é o de explorar mais a fundo o GAIA, não estão sendo listadas as referidas perguntas.

Além do método GAIA, surge também o SICOGEA com a finalidade de fazer um elo entre a contabilidade e as questões ambientais. Na sequência apresenta-se conceitos e formas de aplicação deste método.

2.4.1.2 SICOGEA

No intuito de diagnosticar a empresa como uma unidade de negócios, que valoriza o meio ambiente com preocupação na sustentabilidade e na competitividade do mercado, em 2004, a Professora Elisete Dahmer Pfitscher desenvolveu o SICOGEA – Sistema Contábil Gerencial Ambiental em tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Engenharia de Produção.

De acordo com a autora, algumas empresas, por considerar a saúde da natureza, têm como interesse, além de promover o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente. Neste contexto, o SICOGEA surge para contribuir com o aperfeiçoamento e valorização das atitudes ambientais dos gestores destas empresas, pois além de verificar os impactos ambientais, o método busca mostrar o que esses representam para a administração em termos de benefícios e gastos ambientais.

De acordo com Linauer (2003 *apud* PFITSCHER, 2004, p. 145), “[...] o SICOGEA pode ser um sistema capaz de mostrar a problemática aos centros de pesquisa e estudo e possibilitar tecnologias simples e eficientes no sentido da preservação ambiental e da sustentabilidade das empresas envolvidas.”

Favarin (2006, p. 40), destaca que, “o SICOGEA é desenvolvido desde o início das atividades produtivas da empresa e possui três etapas: integração da cadeia produtiva; gestão de controle ecológico e gestão da contabilidade e controladoria ambiental.”

Este método teve sua aplicação inicial em uma cadeia produtiva de arroz ecológico. Contudo, em 2005 e 2006 foram realizados vários outros trabalhos, onde foi mostrada a aplicação em empresas do ramo de cosméticos, têxtil, de cerâmica, clínicas médicas e hospitais.

Verificou-se que podem ser utilizados critérios e sub-critérios flexíveis ao ramo de atividade das empresas; com centralização na atividade fim, no intuito de promover a sustentabilidade econômica e ambiental.

A Figura 2.2 mostra na íntegra, o passo a passo do método SICOGEA, estando destacada a terceira etapa, primeira fase, que foi utilizada para realização do estudo na empresa pesquisada.

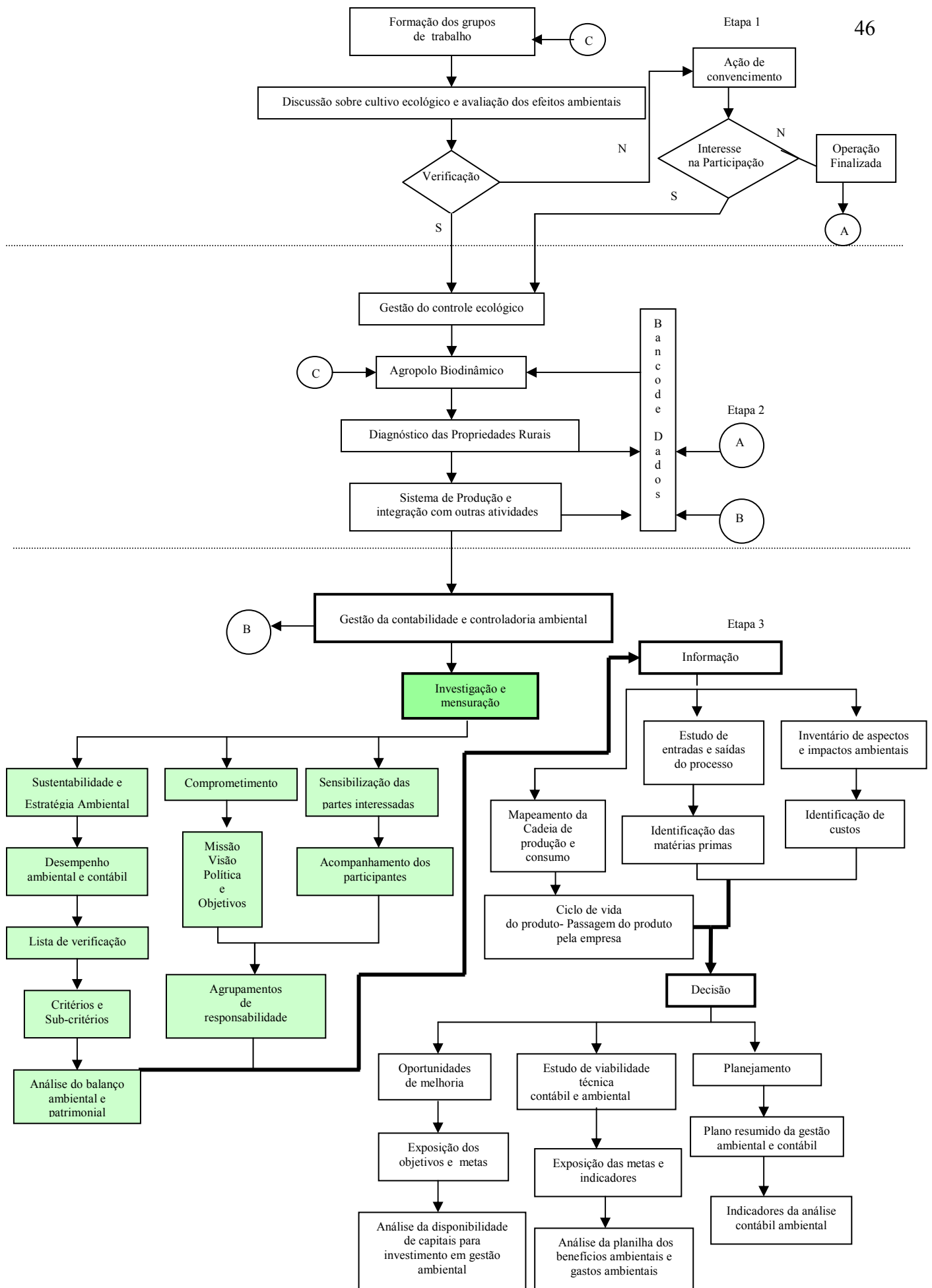


Figura 2.2 – Esquema estrutural do SICOGEA.

Fonte: Pfitscher (2004, p. 105).

Para a efetiva realização deste trabalho estará sendo feito um estudo de caso em uma empresa de cosméticos e a partir das informações obtidas nos relatórios de atividades, divulgados por meio de *sites* na *internet*, e da contribuição do grupo que efetuou visita *in loco*, será aplicado o questionário a fim de analisar os reflexos do sistema de gestão ambiental nas atividades e nos resultados da organização.

Na seqüência é aplicada lista de verificação do SICOGEA que busca analisar as informações a partir de uma metodologia dividida nos seguintes critérios e sub-critérios:

- 1 – Fornecedores.
- 2 – Processo produtivo;
 - a) Eco-eficiência do processo produtivo;
 - b) Nível de tecnologia utilizada;
 - c) Aspectos e impactos ambientais do processo;
 - d) Recursos humanos na organização; e
 - e) Disponibilidade de capital.
- 3 – Indicadores contábeis;
 - a) Indicadores ambientais de bens direitos e obrigações;
 - b) Indicadores sociais de contas de resultado; e
 - c) Indicadores de demonstração ambiental específica.
- 4 – Indicadores gerenciais.
- 5 – Utilização do produto.
- 6 – Serviço pós-venda.

Após aplicada a lista de verificação, estará sendo feita uma análise dos resultados com o objetivo de averiguar o real nível de envolvimento da empresa com as questões de cunho ambiental.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, é exposto o desenvolvimento da pesquisa, baseado em informações colhidas via *internet*, nos vários *sites* disponibilizados pela Empresa “X” de Cosméticos.

Inicialmente será feito um breve histórico da entidade, para na seqüência ser efetivada a aplicação parcial do SICOGEA seguida das análises dos resultados alcançados.

A busca dos dados necessários para o alcance dos objetivos propostos à pesquisa teve início nos sítios eletrônicos da empresa pesquisada, uma vez que se buscou contato direto com os gestores, porém, sem sucesso, pois a entidade não respondeu a nenhuma das tentativas neste sentido.

Cabe ressaltar o envolvimento dos acadêmicos da Disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis do Curso de Ciências Contábeis da UFSC – Turma 0504, que em visita à empresa puderam observar o funcionamento de suas atividades, vindo a ser extencionistas neste trabalho com auxílio de respostas à lista de verificação.

Sendo assim, todas as informações foram obtidas a partir de extensa pesquisa nos relatórios anuais de atividades além de outras publicações da empresa e ainda pela contribuição dos extencionistas.

3.1 SELEÇÃO DA EMPRESA

A seleção da empresa deu-se após constatação de que nos últimos anos vem sendo crescente o número de atividades da entidade voltadas à questão de manutenção do ecossistema, ficando visível a preocupação quanto as conseqüências ambientais de seus processos e produtos.

É uma das maiores empresas do ramo de cosmético a nível nacional, abriu seu Capital em 2004 e até agora obteve uma valorização de cerca de 182% enquanto que o índice de crescimento médio da Bovespa ficou em torno de 77%, neste mesmo período.

Considerada pioneira em várias ações voltadas à responsabilidade socioambiental, inclusive sendo a terceira empresa brasileira a aderir, o “Novo Mercado” que é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. É o nível mais alto de governança corporativa da Bovespa. Com a adesão da companhia à esse sistema, a valorização e a liquidez das ações são

influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido pelos direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias.

Na sequência explana-se o histórico da empresa pesquisada, seguido da aplicação do questionário e avaliação das respostas obtidas, com base no SICOGEA.

3.2 HISTÓRICO DA EMPRESA PESQUISADA

Como já mencionado na sessão anterior, não foi possível manter contato direto com a empresa a ser estudada, pois os gestores da mesma não se dispuseram a responder *e-mail* ou telefonemas na tentativa de obter informações mais precisas a respeito do objeto do trabalho, ou seja, seu sistema de gestão ambiental.

Também não foi possível resposta a contato no sentido de autorização de divulgação do nome da organização. motivo pelo qual neste trabalho é chamada de Empresa “X” de Cosméticos.

De qualquer forma, será relatado um breve histórico redigido a partir de informações coletadas nos *sites* da empresa.

A empresa estudada, tem suas atividades principais centradas no desenvolvimento, produção e venda de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal.

Ao completar 36 anos em 2005, a organização reafirma sua posição de liderança no setor de cosméticos e produtos de higiene e de perfumaria. Consolida-se, principalmente, como empresa comprometida com a qualidade das relações que estabelece com seus diferentes públicos e com a inovação e o aperfeiçoamento constante dos seus produtos e serviços, dentro de um modelo de desenvolvimento sustentável de negócios.

Fundada em 1969, na cidade de São Paulo contava então, com um laboratório e uma pequena loja de cosméticos e de consultoria personalizada de tratamento de beleza, onde empregava sete funcionários.

Na trajetória da empresa, um dos pontos fortes do êxito está na opção, feita em 1974, pela venda direta. Surgiam assim as Consultoras. Com elas e com lançamentos de produtos inovadores, a companhia tem conseguido avançar mesmo em períodos adversos da economia.

Nos anos 80, quando o Brasil passava por dificuldades financeiras, a companhia cresceu mais de 30 vezes em faturamento. Em 1980, já contava com 2000 funcionários contratados e 2 mil consultoras (sem vínculo empregatício com a empresa) espalhadas pelo país a fim de efetivar revenda de produtos e consultoria de tratamento.

Entre 1979 e 1981, novas empresas se agregaram ao grupo, que veio a fundir-se em 1989, dando origem à uma companhia com a atual constituição. Em seguida, no início da década de 90, a empresa explicitava suas crenças e razão de ser, formalizava seu compromisso social e preparava-se para a abertura do mercado brasileiro às importações.

Seguindo uma tendência mundial, em 1994, a entidade dava início à internacionalização, inaugurando lojas, estabelecendo centros de distribuição e trabalhando na formação de consultores na Argentina, Chile e Peru. Além de, em 1999 acrescentar seus negócios com a aquisição de tradicional fabricante nacional de fitoterápicos.

Com a construção do Espaço Empresa “X” de Cosméticos, um importante centro integrado de produção, logística e desenvolvimento de cosméticos inaugurado em 2001 e o lançamento de uma linha composta somente por matérias-primas renováveis, a entidade, de acordo com relatórios de seu balanço social, busca despertar a consciência de que “fazemos parte da grande cadeia da vida.” Toda matéria-prima, usada na composição dos produtos da referida linha, é adquirida diretamente das populações tradicionais que fazem a extração de modo a não destruir a natureza, contribuindo assim para que as regiões de origem tenham uma vida com mais recursos, com o trabalhador economicamente recompensado e o ecossistema vivo. “Homem e floresta em pé.”

A empresa visa com atitudes como esta, preservar e difundir o patrimônio natural, cultural e social, e criar riquezas de forma sustentável.

A Figura 3.1 apresenta visão da unidade citada anteriormente, tida como modelo nacional no quesito preservação do meio ambiente.



Figura 3.1 – Unidade modelo nacional no quesito preservação do meio ambiente.

Fonte: Visita *in loco* de acadêmicos (Disciplina CCN 5303 – Turma 0504, 2006).

Com a adesão da empresa ao GRI – *Global Reporting Initiative* em 2000, a companhia assumiu publicamente o compromisso com a responsabilidade social e ambiental, desde então, passou a analisar as questões ambientais de forma a desenvolver cada vez mais, atividades sustentáveis.

Em maio de 2004, passou a integrar o Novo Mercado da BOVESPA, segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem com a adoção de melhores práticas de governança corporativa.

Ciente de que o desenvolvimento só é sustentável se for socialmente justo e estiver a serviço de muitos e não como privilégio de poucos; ecologicamente correto, sem trazer danos à natureza e economicamente viável. A entidade implantou o SIGAN, sistema de gestão ambiental da empresa.

Apesar de não disponível material com conteúdo do SIGAN na íntegra, a partir de pesquisa via *internet*, foi possível identificar alguns dados a respeito do sistema de gestão ambiental por ela adotado. A seguir, serão expostas algumas informações obtidas.

3.2.1 Visão de sustentabilidade da empresa

A partir da divulgação de um trabalho da gerente de meio ambiente da organização, foi possível resgatar o exposto na Figura 3.2.

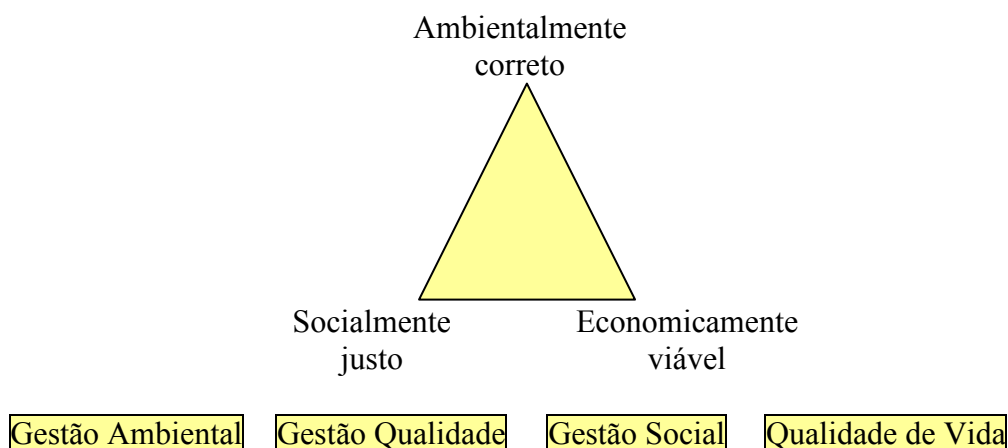


Figura 3.2 – Visão de sustentabilidade da empresa estudada.¹

De acordo com a autora, é opção estratégica da empresa, a partir de seu SGA, participar da construção de um mundo melhor e no alinhamento da sustentabilidade que

¹ Fonte: Artigo escrito pela gerente de meio ambiente da empresa pesquisada e divulgado via *internet*.

implica em: desenvolver, praticar e disseminar atitudes, comportamentos, processos e produtos que sejam ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis.

3.2.2 Sistema de Gestão Ambiental da empresa

Além do modelo da visão de sustentabilidade, foi possível identificar no mesmo trabalho da autora, cronograma do modelo de sistema de gestão ambiental da empresa conforme apresentado na Figura 3.3.

SIGAN

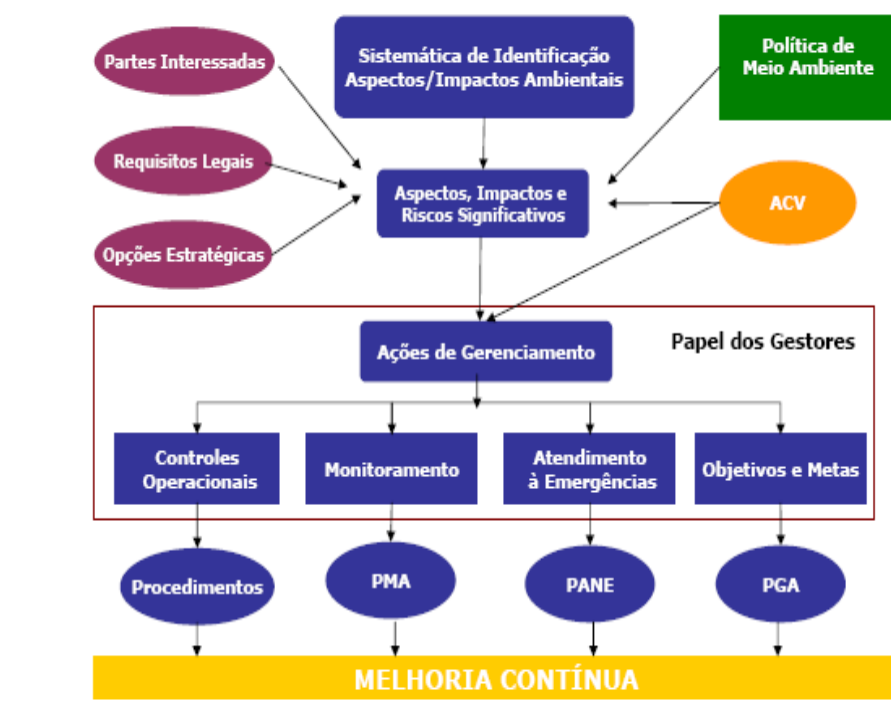


Figura 3.3 – Sistema de gestão ambiental da empresa estudada.²

A organização possui a sistemática de identificação de aspectos e impactos ambientais, partindo então para um trabalho voltado à identificação dos aspectos, impactos e riscos

² Fonte: Artigo escrito pela gerente de meio ambiente da empresa pesquisada e divulgado via *internet*.

significativos, passando em seguida às ações de gerenciamento que são voltadas aos controles operacionais, monitoramento, atendimento à emergências, objetivos e metas da entidade na busca pela melhoria contínua.

A razão de ser da Empresa “X” de Cosméticos é o bem-estar consigo, e o estar bem com o outro, com o ambiente e com o todo. Ao longo de sua trajetória, as ações que traduzem suas crenças e valores consolidam uma marca de expressão mundial e revelam a consciência de que a natureza é necessária agora e sempre. Fazendo desse conceito nascer a idéia de desenvolvimento sustentável que para a empresa significa administrar os recursos do planeta para que todos - dessa e das futuras gerações - tenham direito a esses recursos.

Neste contexto, a Figura 3.5 expõe as crenças da empresa.

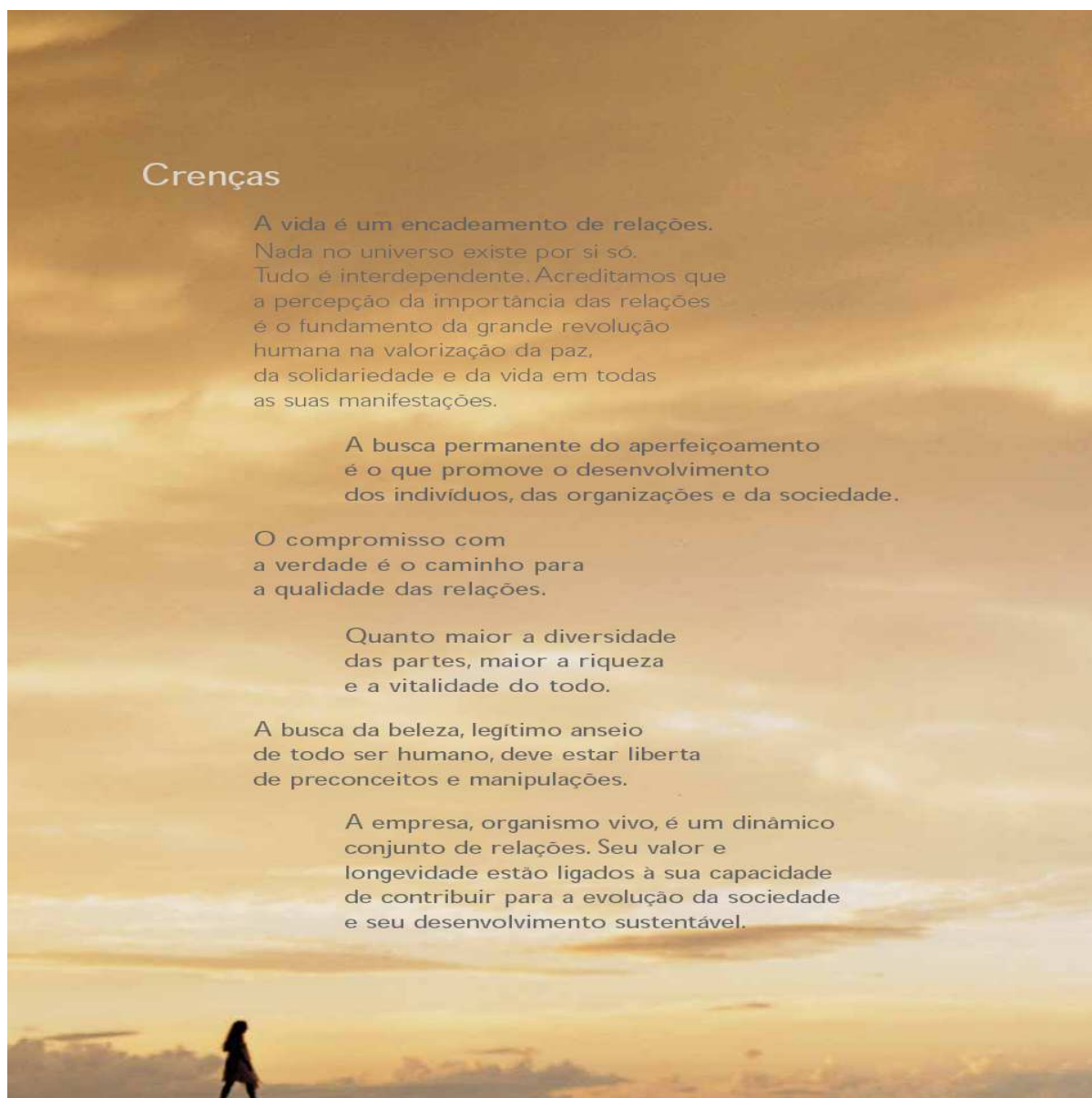


Figura 3.4 – Crenças da Empresa “X” de Cosméticos.

Fonte: Relatório de Atividades 2005 da empresa pesquisada.

3.3 GESTÃO DA CONTABILIDADE E CONTROLADORIA AMBIENTAL

Nesta etapa, passa a ser analisado o grau de sustentabilidade da empresa, a partir de critérios e sub-critérios da lista de verificação do SICOGEA. Este sistema está subdividido em três fases: Investigação e Mensuração; Informação e Decisão, de acordo com o exposto na Figura 3.5:

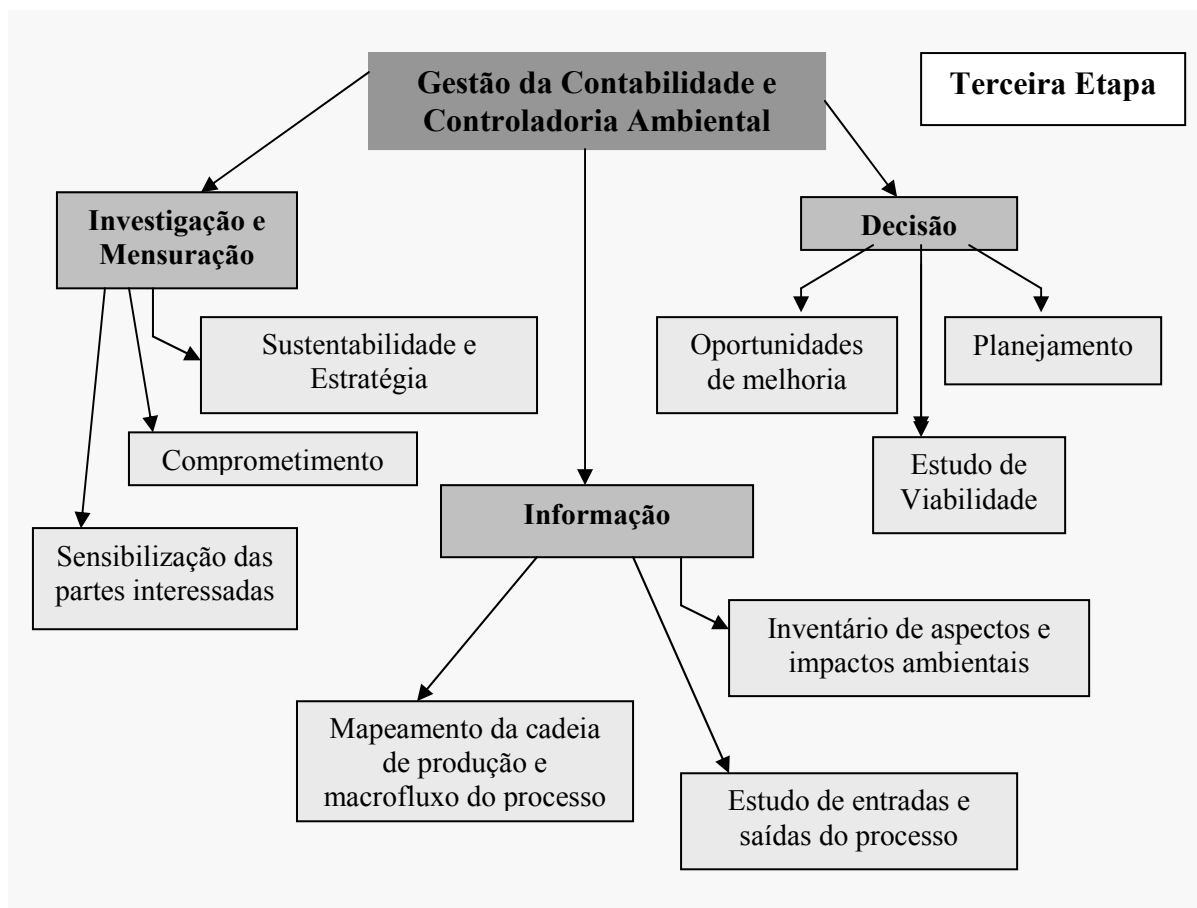


Figura 3.5 – Estrutura da terceira etapa do programa.

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p. 120).

Para fins de análise da Empresa “X” de Cosméticos, estará sendo aplicada a primeira fase da terceira etapa do SICOGEA, onde são averiguadas “sustentabilidade e estratégias ambientais”, “comprometimento e sensibilização das partes interessadas.”

3.3.1 Investigação e mensuração

Segundo Pfitscher (2004, p. 118) ao se estudar esta fase, tinha-se como interesse responder:

- Quais seriam os pontos críticos a serem considerados em um gerenciamento de aspectos e impactos ambientais?
- Como registrar contabilmente esses fatos?

Assim, foram desenvolvidas as ações: “sustentabilidade e estratégia ambiental”; “comprometimento” e “sensibilização das partes interessadas”, conforme mostra a Figura 3.6.

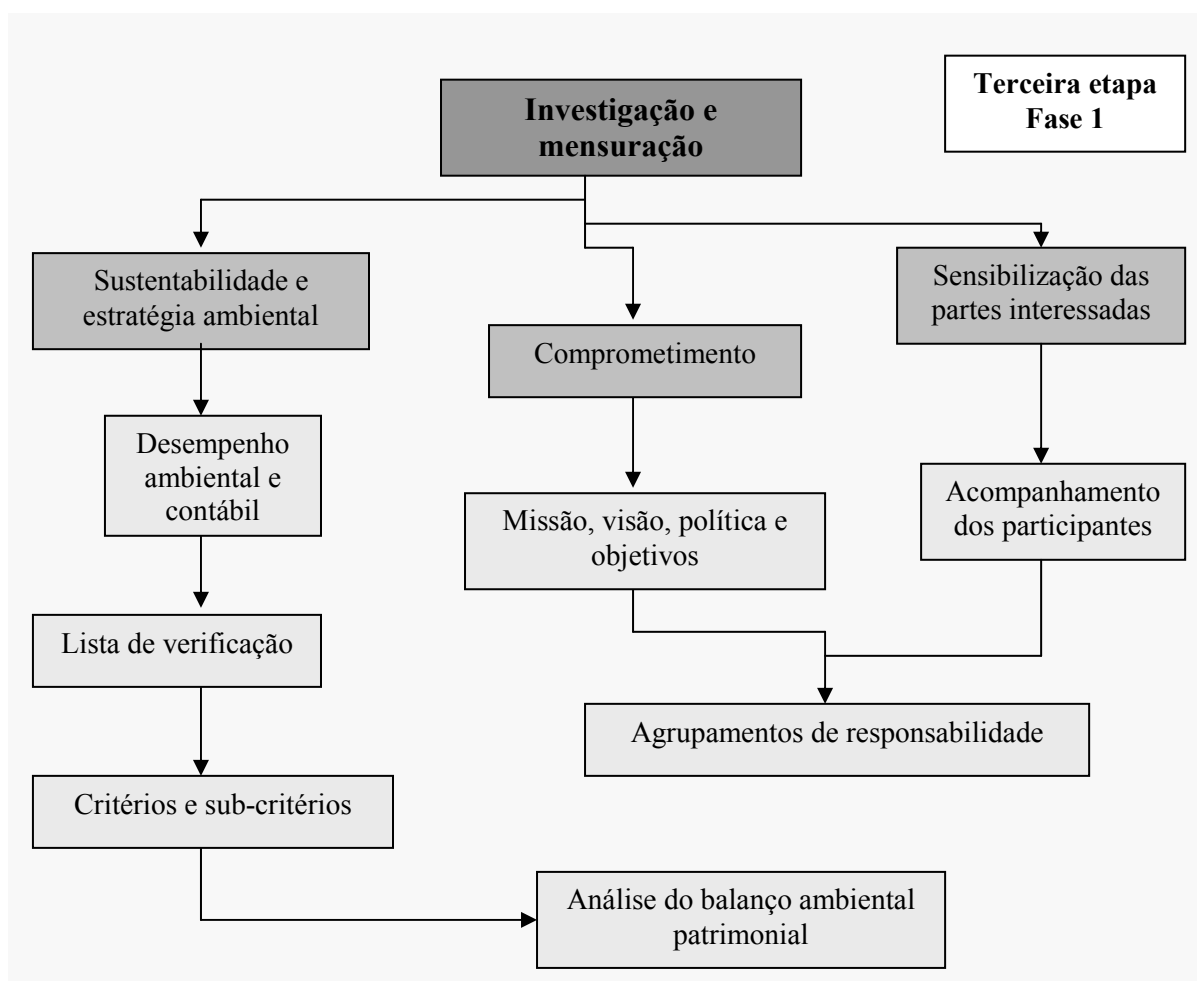


Figura 3.6 – Estrutura da primeira fase – terceira etapa.

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p. 120).

A primeira ação avaliada refere-se a “sustentabilidade e a estratégia ambiental” que Pfitscher (2004, p. 120), referencia como sendo “[...] o conhecimento do nível atual do desempenho ambiental e contábil, a lista de verificação, com critérios e sub-critérios e a análise do balanço ambiental patrimonial.”

Nesta primeira ação, estuda-se de início o desempenho ambiental e contábil, onde são verificados os ativos e passivos ambientais. A partir de seus relatórios de atividades, pode-se

verificar que a empresa investe em alternativas para valorizar o meio ambiente; porém, não elabora demonstrativos especificamente ambientais como um Balanço Ambiental Patrimonial, que exponha esses dados (ativos e passivos ambientais).

Todas as informações foram encontradas a partir de pesquisa no Balanço Social divulgado junto ao relatório de atividades 2005 e outros *sites* disponibilizados pela companhia. Cabe ressaltar que, embora os relatórios divulgados sejam bastante esclarecedores, falham no sentido de não haver contabilização desta área, não oferecendo informações quantitativas de suas ações.

Constata-se então que a empresa estudada possui desempenho ambiental, porém não são divulgados valores monetários referentes ao mesmo.

Quanto a segunda ação “lista de verificação”, realiza-se uma avaliação no nível de sustentabilidade da companhia para cada critério e sub-critério que compõem o questionário.

Nesta ação, será aplicado o questionário adaptado para esta pesquisa, composto de 138 questões distribuídas por critérios e sub-critérios, ficando constituída conforme o Quadro 3.1.

Critérios	Sub-critérios	Total de questões aplicadas
1. Fornecedores	-x-	15
2. Processo produtivo	a) Eco-eficiência do processo produtivo.	9
	b) Nível de tecnologia utilizada.	7
	c) Aspectos e impactos ambientais do processo.	20
	d) Recursos humanos na organização.	9
	e) Disponibilidade de capital.	3
3. Indicadores Contábeis	a) Indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações.	12
	b) Indicadores ambientais de contas de resultado.	11
	c) Indicadores de demonstração ambiental específica.	12
4. Indicadores gerenciais	-x-	17
5. Utilização do produto	-x-	7
6. Serviço pós-venda	-x-	16
TOTAL	-x-	138

Quadro 3.1 – Constituição do questionário aplicado.

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004).

A terceira e última ação se refere a “sensibilização das partes interessadas.” Utiliza-se aqui acompanhamento dos participantes; agrupamentos de responsabilidades; agrupamentos de desafio; agrupamentos de mercado; agrupamentos de parcerias e normativos.

Verifica-se que a empresa tem realizado parcerias multissetoriais promovendo vantagens competitivas, caracterizando-se segundo Pfitscher (2004, p. 132) como “agrupamentos de parcerias”; pois a própria relação com consultores de venda promove a reciprocidade de informações e cooperação.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise das respostas obtidas à lista de verificação é realizada, levando em conta os dados do Quadro 3.2.

Resultado	Sustentabilidade	Desempenho: controle, incentivo, estratégia competitiva.
Inferior a 50%	Deficitária – D	Fraco, pode estar causando danos ao meio ambiente.
Entre 51% e 70%	Regular – R	Médio, atende somente a legislação.
Acima de 71%	Adequada – A	Alto, valorização ambiental com produção ecológica e prevenção da poluição.

Quadro 3.2 – Avaliação da Sustentabilidade e Desempenho Ambiental.

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p.130).

Após identificar as respostas à cada questão, são analisados os resultados de forma geral e individual para cada critério e sub-critério, a fim de fornecer ao leitor, melhor entendimento a cerca dos reais acontecimentos que envolvem a área ambiental da Empresa “X” de Cosméticos.

Dando seqüência ao estudo, é feita a análise das respostas obtidas ao questionário aplicado. Destacando que a fim de verificar a sustentabilidade e estratégia ambiental da empresa, as respostas são analisadas a partir da seguinte fórmula:

$$\frac{(\text{Total de respostas "A"}) \times 100}{(\text{Total de questões}) - (\text{Total de respostas "NA"})}$$

A partir da aplicação da Lista de Verificação do SICOGEA, obteve-se os níveis de sustentabilidade expostos na Tabela 3.1, sendo na seqüência feita a avaliação individual de cada critério e sub-critério.

Crítérios	Sub-critérios	Sustentabilidade (%)
1. Fornecedores	-x-	93,33
2. Processo produtivo	a) Eco-eficiência do processo produtivo.	88,89
	b) Nível de tecnologia utilizada.	85,71
	c) Aspectos e impactos ambientais do processo.	75,00
	d) Recursos humanos na organização.	77,78
	e) Disponibilidade de capital.	66,67
3. Indicadores Contábeis	a) Indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações.	72,73
	b) Indicadores ambientais de contas de resultado.	81,82
	c) Indicadores de demonstração ambiental específica.	91,67
4. Indicadores gerenciais	-x-	75,00
5. Utilização do produto	-x-	85,71
6. Serviço pós-venda	-x-	87,50

Tabela 3.1 – Nível de sustentabilidade obtido a partir da análise dos dados.

Fonte: Adaptado de Pfitscher (2004, p. 164).

Fazendo uma análise geral, a partir dos resultados esperados expostos no Quadro 3.2, percebe-se que a empresa está bastante comprometida com as questões ambientais, pois com exceção ao sub-critério que trata das disponibilidades de capital que apresentou um índice de 66,67%, todos os critérios e sub-critérios estão num grau de sustentabilidade superior a 71%, o que significa dizer que a Empresa “X” de Cosméticos mantém alto desempenho e valorização ambiental com produção ecológica e prevenção da poluição.

Partindo para uma análise individual de critérios e sub-critérios verificados, conclui-se o exposto a seguir.

3.4.1 Fornecedores

Os fornecedores da Empresa “X” de Cosméticos são selecionados a partir do cumprimento de requisitos impostos em documento específico que detalha exigências e recomendações da empresa nas áreas de qualidade, saúde e segurança no trabalho e responsabilidade ambiental e social.

Na intenção de estimular o envolvimento total dos fornecedores com os objetivos da organização a mesma assumiu o compromisso de privilegiar àqueles que apresentarem padrões de excelência, que é certificado com base em padrões de qualidade, logística, inovação, custos, condições contratuais, atendimento e rastreabilidade.

A companhia tem várias comunidades fornecedoras de ativos e beneficiadores de matéria-prima e, seleciona as áreas de fornecimento levando em consideração critérios como produção sustentável, desenvolvimento local, logística, suprimentos e questões institucionais, regulamentares e legais.

A Figura 3.7 mostra alguns processos realizados pelas comunidades fornecedoras de matéria-prima, caracterizando a “sustentabilidade da comunidade local.”



Figura 3.7 – Sustentabilidade da comunidade local.

Fonte: Relatório anual de atividades da empresa pesquisada.

Existem na empresa programas de relacionamento que visam acompanhar as condições de cumprimento do contrato estabelecido com estas comunidades. Um exemplo de como são desenvolvidos esses programas é o monitoramento por processos de certificação, onde são adotados princípios e critérios socioambientais.

O relatório de atividades do Balanço Social da empresa, registra que a mesma desenvolve projetos socioambientais em algumas comunidades fornecedoras, inclusive envolvendo seus colaboradores no sentido de dar suporte à atividades nas áreas de educação, geração de trabalho e renda, meio ambiente e relacionamentos com organizações e grupos locais.

Ainda de acordo com o relatório, a empresa conta com um programa de certificação dos fornecedores que são selecionados, classificados ou desclassificados, a partir de questionários de avaliação, índices de preço e relacionamento.

Pelo fato de não se ter tido acesso direto à empresa e esse programa não estar disponível nos relatórios divulgados, não é possível explorar mais a fundo esse assunto.

O que se pôde levantar é que a empresa elabora, a cada três meses, cartas de acompanhamento aos principais fornecedores de insumos no intuito de relatar as informações relevantes para as partes, como a evolução das compras, a posição de estoques dos insumos, e aspectos de qualidade e responsabilidade corporativa. Além disso, constatou-se que os fornecedores são avaliados no mínimo a cada dois anos, por meio de análises na documentação legal e de auto avaliação ambiental.

Conclui-se que a área que abrange o critério “fornecedores” vem sendo muito bem gerenciada pela instituição, pois o resultado da pesquisa chegou a um nível de sustentabilidade de 93,33%, demonstrando que a empresa faz valer a idéia de que é fundamental para o sucesso do negócio que todos os envolvidos se empenhem juntos na busca por resultados positivos.

3.4.2 Processo produtivo

A Empresa “X” de Cosméticos reconhece que para atingir suas metas econômico-financeiras, produz impactos ambientais que devem ser vistos como parte do negócio e neste sentido, passou a considerar detalhes desses impactos no processo de decisão.

Dentre as opções socioambientais estratégicas, a organização conta com propostas como:

- Manter a mitigação de impactos ambientais dos processos, produtos e serviços da empresa, em especial os relacionados à pontos de grande relevância para o futuro da humanidade, como o uso sustentável da água e o emprego eficaz da energia.

- Permanecer investindo no uso sustentável da biodiversidade como forma de promover a conservação de matas nativa.

- Em função de os conhecimentos sobre o impacto no meio ambiente gerado pelos produtos transgênicos ser ainda insuficientes, a empresa tem decidido pela não utilização desses insumos.

Existe na empresa um sistema integrado normativo que surgiu da incorporação da gestão de qualidade com a gestão do meio ambiente. Esse sistema, de acordo com relatórios da empresa, inclui elementos dos mais modernos conceitos de gestão empresarial e foram desenvolvidos com base nas normas NBR ISO 9001:2000 e NBR ISO 14001:2004, além dos critérios de excelência da Fundação Nacional de Qualidade e das melhores práticas do mercado. Infelizmente não foi possível o acesso a esse documento para que se pudesse obter maiores esclarecimentos a respeito do assunto em questão.

Algumas respostas ao questionário para fins de avaliação da sustentabilidade do critério “processo produtivo” foram obtidas com o auxílio da acadêmica Suelen Haidar Ronchi, a partir de informações adquiridas na oportunidade de visita *in loco* à empresa.

Os resultados da pesquisa direcionada ao critério “processo produtivo” e seus sub-critérios são expostos na sequência.

3.4.2.1 Eco-eficiência do processo produtivo

A melhoria dos processos nas fábricas, pode levar à produção com menos refugos, menos trabalho e maior reutilização.

Parte dos resíduos orgânicos do restaurante e do jardim da empresa é encaminhada para uma central de compostagem mantida pela entidade e o restante, é enviado a uma empresa especializada neste processo. Também são desenvolvidas campanhas educativas no sentido de trabalhar a coleta seletiva e a redução do uso, principalmente de papel, que é o resíduo de maior volume gerado pelos escritórios. Já os resíduos de vidro, retornam ao fornecedor de embalagens da empresa, onde são reciclados.

Constatou-se a partir dos relatórios divulgados pela Empresa “X” de Cosméticos, que a mesma tem programas e metas para proteger e restaurar ecossistemas e espécies nativas em

áreas degradadas, uma vez que alguns ativos utilizados no processo produtivo, provêm dessas áreas.

Em relação ao consumo de energia, o tema é tratado tanto por políticas de meio ambiente quanto nas opções estratégicas socioambientais. Uma série de iniciativas são tomadas, na intenção de utilizar fontes renováveis que aumentem a eficiência da energia utilizada em todos os setores e atividades da empresa.

Merecem destaque, entre outras ações para a redução do consumo de energia elétrica:

- execução do complemento da iluminação solar de estacionamento, cobrindo totalmente uma área de 650 vagas, de uma das unidades produtivas da empresa;
- execução de pintura reflexiva e isolamento térmico da cobertura de um dos centros administrativos (a fim de otimizar o consumo de energia do sistema de ar condicionado);
- contratação de empresa multinacional de energia para desenvolver atividades de gestão energética, com foco principal na identificação de oportunidades de redução de consumo; e
- início da implantação do projeto de uso de energia solar para aquecimento de água dos restaurantes e vestiários.

A empresa não evidenciou nenhum impacto ambiental oriundo de suas atividades industriais em *habitats* protegidos e sensíveis em 2005. Além disso, percebe-se a partir de análise dos relatórios de atividades, que ano a ano a empresa tem reduzido a geração de resíduos e aumentado o percentual de resíduos reciclados.

A preocupação em relação à preservação e ao desenvolvimento das regiões onde se instala é exposta nos relatórios da empresa que se considera parte das comunidades locais, preocupando-se com suas necessidades e seu futuro. Por isso, vem agilizando processos de discussão e definição dos planos de futuro dessas comunidades. E, como já foi mencionado no item “fornecedores”, a instituição busca certificar seus fornecedores de matéria-prima, além de executar laudos antropológicos seguindo exigências do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, objetivando com isso, que todas as partes se empenhem no processo de preservação da natureza.

Um ponto negativo a se destacar nesta área, é que a empresa não contabiliza a parte do *habitat* que protege ou restaura por meio de suas atividades. Motivo pelo qual não é possível comprovar quantitativamente os resultados divulgados.

Ainda assim, a partir de informações qualitativas chegou-se a um nível de sustentabilidade de 88,89% para o sub-critério “eco eficiência do processo produtivo”, o que revela que o tratamento dispensado pela empresa à este quesito, está dentro do previsto para ser considerado adequado, de acordo com o que estabelece o SICOGEA.

3.4.2.2 Nível de tecnologia utilizada

Com pensamento voltado ao meio ambiente, a Empresa “X” de Cosméticos, produz estudos de impactos em toda a cadeia produtiva, desenvolve projetos e orienta investimentos na busca de compensação ambiental pelo uso de recursos naturais e pela redução do impacto causado por suas atividades. Organiza sua estrutura interna de maneira que cada produto ou serviço ali gerado considere as consequências ambientais.

Busca, sem alterar seu padrão tecnológico, reduzir o consumo de energia, de água, de produtos tóxicos e de matérias-primas, implantando processos de destinação adequada aos resíduos por ela gerados. Procura adotar práticas de bom manejo florestal na extração de ativos e na utilização sustentável de recursos naturais básicos. Além disso, promove a reciclagem e o reuso de materiais bem como o gerenciamento da qualidade do ar, da água e do solo, o controle de efeitos sonoros, a redução de desperdício e dá preferência ao uso de materiais biodegradáveis, entre outras iniciativas.

Cabe aqui, destaque é a implantação da Estação de Tratamento de Água – ETA que submete a água captada dos poços artesianos a uma série de processos que garantem a qualidade.

Após passar por várias etapas de tratamento como cloração, decantação, filtração entre outras, a água adquire condições de potabilidade. A partir daí a distribuição aos diversos setores é feita por tubulação hídrica que obedece a codificação de cores da norma ABNT para indicar o tipo de água que está sendo distribuída. Nas unidades de produção, por exemplo, a água é desmineralizada e segue por tubulações de aço inoxidável.

As águas tratadas, destinadas ao consumo humano e à produção, seguem separadas daquelas que já foram usadas nas instalações e bombeadas para células específicas da caixa d’água de onde serão reaproveitadas para outros fins como o uso nos vasos sanitários, no combate a incêndios, na limpeza de piso de rodagem e na rega dos jardins da empresa. A Figura 3.8 apresenta no detalhe, as instalações da ETA da companhia.



Figura 3.8 – Instalações da Estação de Tratamento de Água.

Fonte: Relatório anual de atividades da empresa pesquisada.

A partir dos resultados alcançados quando da pesquisa voltada ao sub-critério “nível de tecnologia utilizada”, um grau de sustentabilidade de 85,71% significa que a companhia dispensa tratamento adequado à este quesito de acordo com a avaliação do SICOGEA. A Figura 3.9, mostra as instalações da fábrica de shampoo.



Figura 3.9 – Fábrica de shampoo.

Fonte: Relatório anual de atividades da empresa pesquisada.

Assim como na industrialização de shampoos (Figura 3.9), a empresa possui controles na industrialização de todos os demais produtos. Uma das medidas adotadas neste sentido é o fato de os funcionários utilizarem proteção adequada ao manuseio das matérias-primas, evitando assim contaminação e proporcionando uma maior higienização.

3.4.2.3 Aspectos e impactos ambientais

A Empresa “X” de Cosméticos está consciente de que para atingir suas metas econômico-financeiras, tem produzido impactos ambientais. No entanto, a cada exercício

financeiro, as metas da organização voltadas para as questões ambientais, no sentido de reduzir esses impactos, são mais relevantes e têm atingido um número cada vez maior de objetivos.

Prova disso, é que a entidade tem empreendido várias ações no intuito de amenizar impactos ambientais resultantes de suas atividades no setor de cosmético, saúde e fitoterápicos, tanto no Brasil quanto no exterior. Ações como o controle e monitoramento em todas as fases de produção, com vistas à redução de uso de insumos de valor ambiental estratégico, à eliminação gradativa de ensaios com animais em matérias-primas para produtos cosméticos, à redução de impactos ambientais de embalagens e à pronta reparação de eventuais incidentes.

Referente à questão do uso de animais, desde 2003 a empresa eliminou por completo essa prática em testes de laboratório de produtos acabados. Já para os produtos fitoterápicos, existem autoridades competentes como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, que exigem a realização de testes para a comprovação de segurança e eficácia da classe fitoterápica. Foi criado inclusive um Comitê de Segurança de Produtos da empresa, com a finalidade, entre outras, de estabelecer o mínimo de avaliações que exijam testes em animais que são especialmente criados para esse fim.

A Empresa “X” de Cosméticos esclarece que a realização de testes em animais está se tornando cada dia menos necessária e representa uma exceção na realidade atual da mesma que assumiu, como uma de suas opções estratégicas, o compromisso de eliminá-los completamente até dezembro de 2006.

Além do processo de certificações (ISO 9000 e ISO 14001), a empresa conta, em suas atividades desenvolvidas, com o acompanhamento de órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e a Secretaria do Estado do Meio Ambiente, e acredita que a elaboração de planos de manejo e processos de certificação trazem, como maior benefício, o acompanhamento dos impactos das atividades de manejo tradicional sobre um recurso disponível.

De acordo com os relatórios da empresa, a elaboração dessas estratégias colabora para a minimização dos efeitos negativos e para a potencialização dos positivos.

Fato que pôde ser confirmado com o resultado da pesquisa que apontou um nível de sustentabilidade, estabelecido pelo SICOGEA, de 75% para o quesito “aspectos e impactos ambientais do processo”, número significativo, pois considera que a empresa vem dando tratamento adequado aos impactos provocados por seu processo produtivo.

A Figura 3.10 mostra o edifício de pesquisa da empresa; a torre concentra instalações sanitárias.



Figura 3.10 – Espaço Empresa “X” de Cosméticos.

Fonte: Relatório de Atividades 2005.

A empresa busca disseminar entre toda a sociedade a importância da produção e consumo sustentável. A instalação da fábrica apresentada na Figura 3.10 tem como foco principal o ser humano e o respeito a natureza. Todas as instalações da referida fábrica foram planejadas visando atender as necessidades de um espaço moderno para a industrialização de seus produtos sem deixar de atender suas metas socioambientais.

3.4.2.4 Recursos humanos na organização

A Empresa “X” de Cosméticos tem em seus colaboradores, potenciais parceiros estratégicos na busca das metas estipuladas pela empresa e o maior desafio tem sido a manutenção destes parceiros, tidos como um dos mais importantes capitais da empresa – o ser humano. Para garantir e motivar colaboradores bem como atrair novos talentos, a empresa tem um sistema de remuneração competitivo, que se baseia em salário e benefícios atraentes, além de distribuir participação nos lucros e resultados.

Entre os principais benefícios oferecidos aos colaboradores é possível destacar: assistência médica e odontológica; seguro de vida em grupo; restaurante; transporte fretado; e berçário.

Como em outros setores da empresa, também na área de recursos humanos são vários os projetos desenvolvidos pela Empresa “X” de Cosméticos.

Ressalta-se o Programa Qualidade de Vida, que é um conjunto de programas educativos, políticas, benefícios e oportunidades de lazer que tem como objetivo, promover a realização profissional, a integração social e familiar e a boa saúde dos colaboradores. O programa é dividido em quatro dimensões que reúnem uma série de ações que vão além do cumprimento da legislação e dos acordos sindicais.

- ✓ saúde física e emocional – ajuda os colaboradores a gerenciar e manter sua saúde a partir de ações voltadas à prevenção e tratamento de doenças;
- ✓ integração social e familiar – incentivo ao convívio social e familiar, possibilitando a ampliação da rede de relações, a partir do reconhecimento da importância que cada indivíduo tem na vida das pessoas;
- ✓ ambiente de trabalho – criação de ambientes iluminados, arejados, seguros e com o conforto necessário para que todos se sintam bem acolhidos no espaço da Empresa “X” de Cosméticos e
- ✓ cultura e lazer – dissemina informações para o aproveitamento do tempo livre, estimula a expressão e o desenvolvimento de competências sociais e complementares às profissões.

A partir da pesquisa realizada para a averiguação do sub-critério “recursos humanos na organização”, pode-se concluir que os gestores da Empresa “X” de Cosméticos estão empenhados na busca dos objetivos e metas da companhia, buscam realização na participação ativa dos processos e procuram conquistar novos horizontes valorizando as relações e o potencial humano, respeitando e estimulando a “individualidade que enriquece a diversidade.”

Um nível de sustentabilidade em 77,78% no sub-critério “recursos humanos na organização”, é considerado adequado pelo SICOGEA e, esse índice só não foi mais elevado em função de a empresa não contabilizar suas atividades na área ambiental, o que impossibilitou a verificação do tratamento dispensado aos recursos humanos desta área, por não haver disponíveis registros destes fatores.

3.4.2.5 Disponibilidade de capital

O preenchimento das questões de que trata o sub-critério “Disponibilidade de Capital”, ficou comprometido em função de a companhia não registrar contabilmente seus eventos ambientais.

A partir da pesquisa para a lista de verificação, pôde-se concluir que existe capital próprio disponível para investimentos em gestão ambiental, pois embora esse fato não pudesse estar sendo comprovado em função de a empresa não ter nenhum registro contábil destes acontecimentos, em vários momentos do relatório de política de meio ambiente do Balanço Social da entidade, são citados fatos e ações que indicam a existência de investimentos nesta área.

Como a empresa não gera demonstrativos especificamente ambientais, não há informações quantitativas a esse respeito. Mesmo assim, pelo conteúdo dos relatórios existentes, subentende-se que a empresa disponibilize capital voltado a atender eventos ambientais. Como visto nas sentenças anteriores, a empresa desenvolve diversos projetos para redução de impactos e políticas para compensação ambiental pelo uso de recursos naturais, ações que necessitam de investimentos para serem efetivadas.

Sendo assim, o sub-critério “disponibilidade de capital” apresenta nível de sustentabilidade regular do ponto de vista da aplicação do SICOGEA. Cabe ressaltar que esse foi, dentre os itens pesquisados, o que atingiu menor índice pois chegou a 66,67%, o que significa dizer que o desempenho da empresa neste quesito é médio e somente atende a legislação. Embora os relatórios de atividades da companhia demonstrem o empenho no sentido de estar realizando vários projetos na área ambiental, o fato de não haver um balanço ambiental patrimonial compromete a credibilidade de algumas informações e dificulta a interpretação de outras.

3.4.3 Indicadores contábeis

Ao fazer a análise das demonstrações contábeis da Empresa “X” de Cosméticos, percebe-se, que a mesma não registra contabilmente nenhum acontecimento da área ambiental, todas as questões respondidas, foram em função do balanço socioambiental, pois, muito embora a empresa registre diversos projetos para melhorias ambientais, esses não estão contabilizados. O que pode ser apontada como a principal falha da empresa.

No que tange a questões contábeis, não há registros monetários de investimentos ou gastos em meio ambiente. Os relatórios socioambientais esclarecem que a Empresa “X” de Cosméticos investe no desenvolvimento de vários projetos na preservação do meio ambiente, no entanto isso não fica provado se analisadas as demonstrações financeiras, pois as mesmas nada esclarecem sobre o quesito em pauta.

Todas as informações obtidas para a realização deste trabalho, são resultantes de buscas nos registros do balanço social item “Indicadores Econômicos, Sociais e Ambientais”, o qual oferece dados sobre o desempenho ambiental da entidade, além da contribuição dos extencionistas.

3.4.3.1 Indicadores ambientais de bens e direitos e obrigações

Entre o conjunto de iniciativas voltadas à redução do consumo de recursos naturais como energia elétrica e água, a empresa destaca a aquisição de novas máquinas com dispositivos de economia de energia, a colocação de sensores de presença nos escritórios para o controle de acendimento das lâmpadas e o envolvimento dos colaboradores na identificação de oportunidades de redução no consumo.

Outra iniciativa que merece destaque especial é o tratamento dispensado ao consumo de água pela empresa, que vem investindo em tecnologias que possibilitam além da redução do uso no processo produtivo, o reuso da água utilizada. A implantação da ETA, garante a qualidade da água retirada dos poços artesianos que abastecem a companhia, pois passa por um processo de eliminação de microorganismos nocivos à saúde, além de resíduos, sendo separadas as águas destinadas ao consumo humano e à produção daquelas já usadas nas instalações que serão reaproveitadas para outros fins.

Conforme artigo disponibilizado em *site* da empresa a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, utiliza tecnologia de ponta e tem capacidade de tratar 253 mil litros de água por dia e uma quantidade de esgoto (químico e orgânico) equivalente ao produzido por uma cidade de 45 mil habitantes. O que possibilitou uma grande redução de custos para a empresa, pois se tivesse que mandar tratar sua água fora, a previsão dos gestores é de que gastaria cinco vezes mais do que com a implantação deste sistema que funciona de forma automática, reduzindo inclusive o número de colaboradores necessários para sua operação.

A Empresa “X” de Cosméticos reconhece que os processos e práticas de gerenciamento dos recursos naturais têm trazido vários benefícios de economia, eficiência e sustentabilidade à mesma.

A Figura 3.11 traz uma vista aérea da estrutura de uma unidade produtiva da empresa, no detalhe, espaço onde está instalada a ETE.

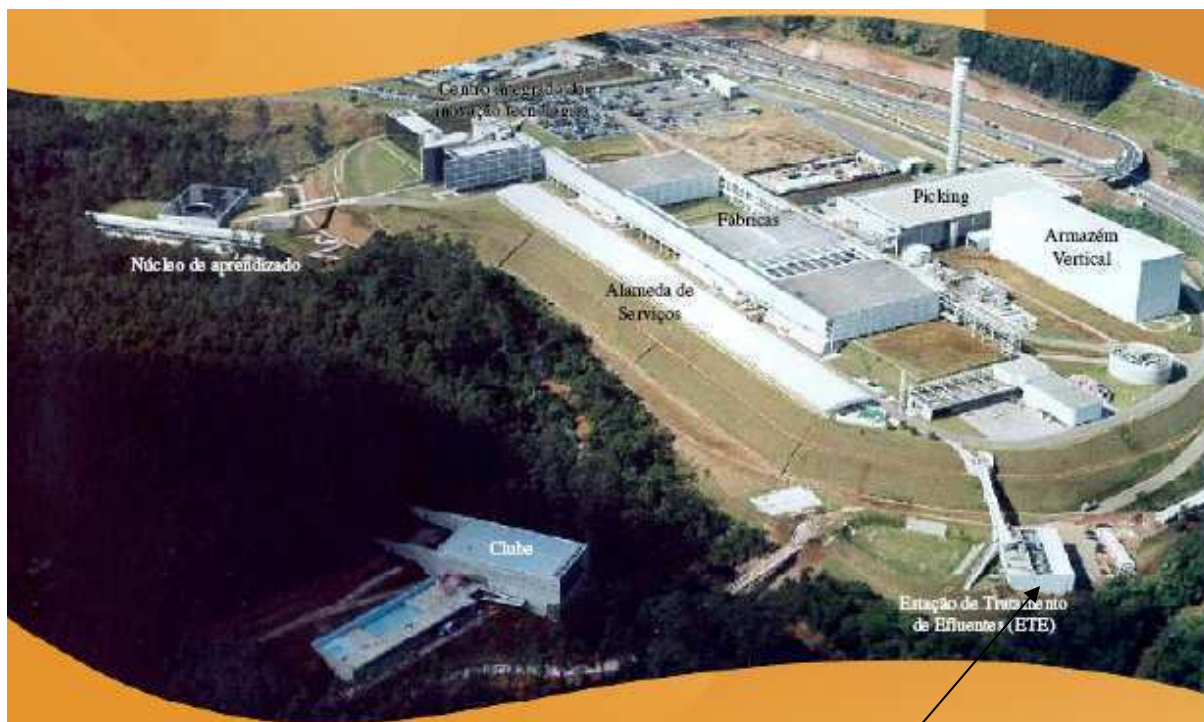


Figura 3.11 – Vista aérea de unidade produtiva, no detalhe, instalações da ETE.

Fonte: Relatório de atividades empresa pesquisada.

O nível de sustentabilidade (72,73%) alcançado no sub-critério “indicadores ambientais de bens e direitos e obrigações” demonstra que apesar de a empresa não esclarecer em termos monetários, exatamente como são aplicados os recursos dispensados à área ambiental, essa questão vem sendo tratada, de acordo com a avaliação do SICOGEA, de forma adequada pela organização.

3.4.3.2 Indicadores ambientais de contas de resultado

Com relação ao sub-critério “indicadores ambientais de contas de resultado”, as questões, para análise deste, foram respondidas a partir do exposto nos relatórios socioambientais da empresa, sendo que os demonstrativos econômico-financeiros da entidade apresentam dados que auxiliam as respostas das questões selecionadas.

A partir de informações levantadas nas demonstrações financeiras, o que se pode concluir em relação às contas de resultado, é o exposto na Tabela 3.2, que apresenta valores em milhões.

Principais resultados	Exercício de 2004	Exercício de 2005	Variação (%)
Receita bruta	2.536.657	3.243.611	27,7
Receita líquida	1.769.664	2.282.164	28,9
Lucro bruto	1.194.404	1.551.030	29,8
Lucro líquido	300.294	396.881	32,1
EBITDA	432	564,4	

Tabela 3.2 – Principais Resultados Financeiros dos Exercícios de 2004 e 2005.

Fonte: Adaptado da Demonstração do Resultado da Empresa “X” de Cosméticos.

Na avaliação do SICOGEA, esse sub-critério atingiu um índice de 81,82%, demonstrando que a empresa vem gerenciando de forma adequada a sustentabilidade de suas contas de resultado, embora não haja informações contábeis ambientais que possam mensurar estes fatos, esse resultado foi obtido, assim como nos itens anteriores, a partir de relatórios do Balanço Social.

3.4.3.3 Indicadores de demonstração ambiental específica

Voltada a sensibilizar os consumidores para a importância de refis e embalagens recicláveis que causam menos impacto ao meio ambiente, a Empresa “X” de Cosméticos foi a primeira empresa brasileira do setor de cosméticos a desenvolver produtos com refil, em 1983. Além de ser uma opção mais barata ao consumidor, a embalagem de refil ajuda a reduzir o impacto ambiental, pois utiliza em média 50% da quantidade de recursos naturais usados na sua fabricação, se comparados com uma embalagem regular e contribui com o conceito ecologicamente sustentável dos 3Rs: redução, reutilização e reciclagem.

A empresa vem disseminando esta idéia de consumo sustentável entre seus consumidores principalmente por intermédio de seus consultores que estão sendo orientados a dar maiores esclarecimentos sobre os benefícios ambientais de atitudes como esta.

Está sendo desenvolvida pela companhia, uma política de redução de resíduos industriais que sempre que possível, são integrados aos processos produtivos de outras empresas, além da compra de resíduos de outras cadeias para uso interno, especialmente papéis reciclados e insumos para embalagens.

A Empresa “X” de Cosméticos entende que um dos principais impactos ambientais por ela causados, seja a emissão de gases estufa, gerados quando da falta de energia elétrica ou picos de uso desse recurso, ocasiões em que são acionados geradores a diesel que emitem CO₂ (gás carbônico). Outra atividade que acaba por gerar gases estufa é o transporte dos produtos, devido ao combustível empregado nos veículos. Embora o serviço de transporte seja terceirizado, a organização vem monitorando o processo de emissões atmosféricas, o que permite maior conhecimento sobre o estágio de emissão de CO₂ durante a distribuição por intermédio daqueles que a empresa chama de “parceiros logísticos.”

Os cálculos pra análise de emissão de CO₂, de acordo com a empresa, são oriundos dos seguintes dados:

- Gasolina – 1,76 kg CO₂ x litros de gasolina.
- Diesel – 2,64 kg CO₂ x litros de diesel.
- Álcool – 0,85 kg x litro de álcool.

O Quadro 3.3 mostra os números da emissão de CO₂ em kg, nos últimos exercícios financeiros a partir da aplicação dos dados vistos anteriormente.

ANO	2003	2004 ³	2005
Gasolina	521,20	N.D.	632,93
Diesel	7.960,30	N.D.	11.280,74
Álcool	25,16	N.D.	209,25
Gás Natural Veicular	0	N.D.	25,81

Quadro 3.3 – Emissão de CO₂ apurada pela Empresa “X” de Cosméticos de 2003 a 2005.

Fonte: Adaptado do Balanço Social da empresa pesquisada.

Além do CO₂, a Empresa “X” de Cosméticos emite outros gases como NO_x e SO_x dentro de sua cadeia produtiva e o gás Isecon (não prejudicial à camada de ozônio) em seu sistema de refrigeração, mas, por entender essas emissões irrelevantes, as mesmas não são monitoradas.

Para o ano de 2006 a empresa tem como meta, iniciar o mapeamento das fontes de emissão de gases estufa, monitorando as emissões diretas provenientes da frota própria e do uso de combustível para geração de energia (caldeiras e geradores); emissões indiretas do consumo de energia provenientes da energia elétrica comprada e demais emissões indiretas originárias do uso do produto, processos terceirizados, frota terceirizada, viagens de negócio e disposição de resíduos.

³ Em função da adoção de nova estratégia de transportes em 2004, algumas métricas de consumo e emissão de poluentes foram reestruturadas, motivo pelo qual os dados deste ano não estão disponíveis.

Em relação às campanhas de publicidade da Empresa “X” de Cosméticos, pode-se dizer que o foco das mesmas são suas causas e visão do mundo e não o produto em si. Neste contexto, é possível destacar a campanha que promove a venda de produtos com refil, que além de ser mais econômico para o consumidor, diminui a produção de lixo e o consumo de matéria-prima, reduzindo, dessa forma o impacto ambiental. Segundo o presidente da Empresa “X” de Cosméticos, a venda em refil rende menos porque o produto é mais barato, mas o consumidor fica mais fiel à marca.

O tratamento que vem sendo dispensado ao sub-critério, “indicadores de demonstração ambiental específica”, de acordo com o que pôde ser constatado nos relatórios da entidade foi avaliado como excelente, pois o nível de sustentabilidade imposto pelo cálculo do SICOGEA atingiu 91,67%, o que demonstra, a partir dos itens verificados, que a empresa está realmente preocupada e vem agindo no sentido de melhorar sua relação com o meio ambiente.

3.4.4 Indicadores gerenciais

De acordo com artigo disponibilizado em *site* da organização, para o diretor de Assuntos Corporativos da Empresa “X” de Cosméticos, o mercado reconhece as melhores práticas de governança corporativa e premia empresas que as adotam. Já o diretor de Sustentabilidade acredita que a empresa tenha entrado num ciclo virtuoso em que tudo que é feito para a sociedade retorna na forma de crescimento. Em concordância com essa idéia a alta administração acredita que o benefício das práticas social e ambientalmente responsáveis, inclusive do ponto de vista financeiro, é superior ao custo. Motivo pelo qual, todos os gestores estão comprometidos em relatar pessoalmente os acontecimentos de suas áreas.

De acordo com registros nos relatórios de atividades, o SGA da empresa envolve todos os setores e as pessoas que neles trabalham. O resultado desse empenho conjunto tem proporcionado inclusive premiações de reconhecimento da entidade como modelo no quesito responsabilidade socioambiental.

Dentre os prêmios e selos recebidos pela empresa, que sejam relevantes para o desempenho social, ético e ambiental, é possível destacar:

- Obtenção do certificado NBR ISO 9001;
- Prêmio Mérito Ambiental / Fiesp;
- 4º Prêmio Balanço Social /Aberje, Apimec, Ethos, Fides, Ibase;

- Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa, sendo a única companhia apontada como empresa modelo desde o lançamento do referido prêmio em 2000;
- Guia Você S/A Exame – As Melhores Empresas para Você Trabalhar; e
- Prêmio Valor 1000.

De acordo com o relatório da administração, fato marcante foi a obtenção pela empresa da primeira autorização concedida pelo Ministério do Meio Ambiente a uma empresa do setor de cosméticos no Brasil para acesso ao patrimônio genético da biodiversidade.

No exercício de 2005 a companhia não evidenciou nenhum impacto ambiental em áreas protegidas, fato que a isentou de qualquer pagamento de multas e indenizações neste período. O que consta em seus relatórios é a identificação de possível contaminação do lençol freático com efluentes de suas instalações fabris ocorrido em 2001. A fim de remediar a situação, a empresa implantou um sistema de monitoramento do lençol freático e instalou uma estação de tratamento de efluentes biológicos, como medida reparatória aceita pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, em fevereiro de 2004. O valor estimado pela empresa a fim de efetivar os reparos ambientais no local chega a R\$ 100 mil para os 3 exercícios seguintes.

No intuito de adquirir maiores informações a respeito do SGA, solicitou-se à empresa o envio de manual constando os procedimentos do sistema implantado pela empresa ou a indicação de onde conseguir material na íntegra sobre o assunto, porém, não se obteve resposta, nem foi possível qualquer tipo de acesso ao conteúdo do SGA da companhia. Fato que acabou por prejudicar parte do trabalho, principalmente no sentido de poder estar analisando quais os procedimentos da empresa ocorrem em função de seu sistema de gestão ambiental.

Quanto a verificação pelo SICOGEA, no quesito “indicadores gerenciais”, a Empresa “X” de Cosméticos chegou a um nível de sustentabilidade adequada, a um índice de 75 %. Cabe ressaltar que essa porcentagem só não foi maior em função do registro de contingências judiciais e administrativas – meio ambiente, pelo incidente ocorrido em 2001, como visto anteriormente. Muito embora tenha sido agilizada a reparação ambiental do local, do ponto de vista da avaliação do SICOGEA, esse fato ainda gera reflexos negativos para a entidade.

3.4.5 Utilização do produto

A Empresa “X” de Cosméticos oferece um portfólio de produtos, que inclui soluções para diversas necessidades dos consumidores, homens e mulheres de todas as idades, tais como produtos de tratamento da pele do rosto e do corpo, cuidado e tratamento dos cabelos, maquiagem, perfumaria, produtos para o banho, proteção solar, higiene oral e linhas infantis.

Na intenção de garantir a segurança dos produtos por ela industrializados e vendidos, a companhia faz avaliação toxicológica de todas as matérias-primas usadas nas fórmulas, de acordo com padrões internacionais.

Em função da preocupação com a segurança, numa atitude pioneira no Brasil, a empresa criou o Sistema de Cosmetovigilância, que capta e analisa cientificamente as queixas de reações adversas aos produtos na fase de comercialização.

Como parte do Sistema de Cosmetovigilância, a empresa criou o Guia de Cosmetovigilância, um serviço oferecido pela empresa para a classe médica que, além de entrevistas e artigos atualizados mensalmente com foco em temas relevantes especialmente ao universo dermatológico, tem à sua disposição informações sobre o trabalho da instituição em pesquisa e desenvolvimento, investimento em tecnologia e inovação para garantir a segurança e eficácia de seus produtos.

Está disponível no *site*, listagem de todos os produtos comercializados e suas composições químicas, permitindo a rápida identificação dos produtos cosméticos usados pelos clientes e as matérias-primas que, mesmo numa possibilidade remota, possam estar provocando reações adversas em indivíduos mais sensíveis.

Caso o consumidor queira entrar em contato com a empresa para sanar dúvidas sobre modo de uso, reclamações e sugestões a respeito dos produtos, existe desde 1990, o Serviço de Atendimento ao Consumidor, além de *links* de acesso a esse tipo de serviço no *site* da empresa. Aos Consultores, a empresa disponibiliza, além do Centro de Atendimento – CNA, o acesso a um *site* exclusivo com informações sobre os produtos, enviar e acessar informações sobre os pedidos, entrar em contato direto com a empresa, etc.

O setor de perfumaria e cosméticos, de acordo com artigo de Zandonadi publicado na revista Exame Melhores e Maiores 2006, registrou um bom desempenho em 2005, quando acusou uma evolução de 14% no faturamento em relação ao exercício de 2004. Neste mesmo período, a Empresa “X” de Cosméticos evolui 20,3% em relação ao exercício financeiro anterior e foi classificada pela referida revista, que premia as 500 maiores empresas do Brasil,

em 1º lugar no quesito “As melhores”, superando pela primeira vez as vendas de sua principal concorrente, avançando 27,3% em relação a 2004.

O mercado de cosméticos é muito competitivo, sendo de fundamental importância o posicionamento das marcas, imagens e lançamentos de novos produtos além da publicidade, nessa competição. O número de concorrentes da Empresa “X” de Cosméticos expressivos no mercado é listado por categoria, na sequência:

- Fragrâncias – duas empresas;
- Produtos de cuidado do corpo e pele – seis empresas;
- Produtos para cuidado dos cabelos – quatro empresas;
- Maquiagem – três empresas.

De acordo com Zandonadi, em 2005 a Empresa “X” de Cosméticos liderou o mercado farmacêutico, de higiene e cosméticos com 10% das vendas do setor.

A “utilização do produto” foi avaliada com nível 85,71% de sustentabilidade frente às averiguações do SICOGEA, ou seja, os itens deste critério estão sendo tratados de forma adequada pela empresa.

3.4.6 Serviço pós-venda

A Empresa “X” de Cosméticos entende que para crescer de modo sustentável seja necessário mudar padrões de consumo e neste contexto, sabe do grande impacto que as embalagens causam no ciclo de vida de seus produtos, por isso em 2002, finalizou a primeira etapa do projeto de inventário ambiental de embalagens por meio do uso da metodologia: Análise de Ciclo de Vida – ACV.

Em 2003, o projeto de ACV foi inserido no processo formal de lançamentos de produtos da empresa e a partir de 2004, em cumprimento ao que ditam o Sistema de Gestão Ambiental (Empresa Estudada) – SIGAN e o Sistema Integrado Normativo (Empresa Estudada) – SINN, nenhuma decisão sobre *design* de embalagem para lançamento de produto foi tomada sem que houvesse uma avaliação comparativa do impacto das alternativas. Em 2005 todos os estoques promocionais de datas comemorativas foram incluídos na análise, fato que fez com que aumentasse a abrangência e a utilização dessa metodologia na empresa.

Atualmente, 100% das embalagens utilizadas pelos consultores para a entrega de produtos é produzida com papel reciclável, tendo sido eliminadas do processo produtivo as embalagens de plástico que embora fossem mais baratas, foram banidas do processo devido

ao grande impacto que causavam. O papel escolhido para substituir o plástico, o “reciclato” (adquirido de 21 Cooperativas de Catadores de Papel da Grande São Paulo) é produzido com 75% de resíduos inutilizados da indústria e 25% de resíduos urbanos.

O próximo passo da empresa é buscar tecnologia para substituir todas as embalagens atuais de plástico por embalagens feitas a base de materiais biodegradáveis. O mercado aposta que até 2008 o Brasil terá desenvolvido tecnologia eficaz que torne a meta da Empresa “X” de Cosméticos possível de ser concretizada.

Do volume total de embalagens de produtos comercializados pela empresa, 97,5% são recicláveis, podendo portanto, ser recuperados. Já o conteúdo dos produtos da companhia é rinsável ou de perfumação, motivo pelo qual não pode ser reaproveitado ao final de sua vida útil. Parte dos produtos vendidos é recuperável ao final do ciclo de vida, no entanto, a companhia não tem nenhum programa que quantifique a porcentagem do que é recuperado.

A campanha pela venda de refis tem evoluído e contado com o apoio de todos os envolvidos no processo, desde gestores, colaboradores, consultores até os consumidores que têm aderido o consumo consciente onde se dê prioridade à produtos ambientalmente corretos. Prova disso é o crescimento na porcentagem de venda de refil sobre os itens faturados, conforme demonstrado na Tabela 3.3, adaptada do relatório de atividades da Empresa “X” de Cosméticos.

Venda de refis sobre os itens faturados	2003	2004	2005
	14,9 %	15,3%	17,4%

Tabela 3.3 – Porcentagem de refil sobre a venda total.

Fonte: Adaptado dos relatórios de atividades 2005 da empresa.

Para 2006, a meta é atingir 18% na venda de refil sobre o total comercializado. Na busca pela realização desta meta, a empresa tem disseminado a idéia de consumo sustentável por intermédio de seus consultores que são orientados a esclarecer o consumidor sobre os benefícios econômicos e ambientais do uso deste produto.

As atenções que a Empresa “X” de Cosméticos vem dispensando para o serviço pós-venda de seus produtos, caracterizam um nível adequado de sustentabilidade que atingiu 87,50% neste quesito, após análise com base no SICOGEA.

3.5 ANÁLISE GERAL DO RESULTADO DA PESQUISA APLICADA

A partir da pesquisa realizada, verificou-se que a “Sustentabilidade e Estratégia” (primeira ação) da fase estudada: “Investigação e Mensuração” apresentaram um resultado

satisfatório e as ações “Comprometimento” e “Sensibilização das partes interessadas” foram evidenciadas como efetiva realização com seus colaboradores, ou seja, os atores envolvidos no processo.

Pôde-se constatar com o desenvolvimento da pesquisa que todos os atores da entidade estão envolvidos e empenhados em apresentar resultados positivos no que tange a preservação do meio ambiente, pois buscam atender a visão de sustentabilidade da companhia que está comprometida com a construção de um mundo melhor, a partir de relações consigo mesmo com o outro e com a natureza.

Embora a empresa esclareça que seus projetos estão muito além dos necessários ao atendimento à legislação, o fato de não ter registros quantitativos desses projetos nas demonstrações financeiras e nem demonstração especificamente ambiental, dificulta a mensuração em termos monetários do tratamento que vem sendo dispensado aos indicadores ambientais.

Quanto a segunda e terceira fases: “Informação” e “Decisão”, verifica-se que a empresa tem condições de divulgar seus resultados na área ambiental de forma mais clara e eficiente, pois as informações atualmente divulgadas estão dispersas, uma vez que a companhia conta com vários *sites* na *internet*, o que acaba por dificultar o acesso, pois não há um Balanço Ambiental específico onde se possa encontrar informações condensadas a respeito das realizações da empresa nesta área.

3.5.1 Sustentabilidade total

A missão da Empresa “X” de Cosméticos “contribuir para o desenvolvimento sustentável local das comunidades por meio do estabelecimento de relações estáveis e duradouras”, está diretamente ligada ao comportamento empresarial, pela qualidade das relações que estabelece e por seus produtos e serviços, na busca por um mundo melhor por meio da melhor relação consigo mesma, com o outro, com o ambiente e com o todo.

Após aplicação da lista de verificação e análise dos dados, estes devem ser compartilhados no intuito de envolver e sensibilizar as partes interessadas no processo, de modo a reestruturar os critérios identificados como deficitários a fim de voltar maiores atenções para esses pontos que devem estar sendo trabalhados com mais afinco pelos gestores para que possam ser sanadas todas as deficiências anteriormente registradas.

Em atendimento à esta premissa, o critério da etapa 3 da fase 1 do SICOGEA que merece maior atenção por parte dos gestores da companhia é “processo Produtivo”, sub-critério “disponibilidade de capital”, pois ao apresentar uma sustentabilidade de 66,67%, este foi o único critério que ficou abaixo dos 71%, que seria considerado adequado na avaliação do SICOGEA. Resultado que reflete a falta de um Balanço Ambiental específico, pois sem este, a mensuração dos dados buscados nesta fase da pesquisa ficaram comprometidos.

Numa análise geral dos resultados da pesquisa onde foram aplicadas 138 questões, e desse total, obteve-se 112 respostas “A”(adequadas); 23 “D” (deficitárias) e 3 respostas “NA” (não se aplicam a empresa), verifica-se que o resultado global de desempenho da Empresa “X” de Cosméticos atingiu uma sustentabilidade de 82,96%, o que pode ser considerado bom, pois na avaliação do SICOGEA, esse número indica que o tratamento dispensado pela companhia às questões ambientais é adequado.

Para um processo de melhoria contínua sugere-se estudos sobre a possibilidade de implantação de um Balanço Ambiental específico, uma vez que a maior deficiência de sustentabilidade apresentada pela entidade é no sentido de a mesma não divulgar em seus relatórios, valores monetários de seus indicadores ambientais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

A partir da pesquisa realizada para efetivação deste trabalho, foi possível perceber que na atual conjuntura mundial, onde tanto se prima pela preservação do meio ambiente, as organizações que desenvolvem atividades voltadas para a preservação do ecossistema e utilização responsável dos recursos naturais além daquelas que lhes são exigidas por lei, estão se destacando no mercado seja em qual for o setor que atuem, pois está presente a consciência de que investir em eventos ligados a questão ambiental pode gerar muito mais do que benefícios à natureza, pode gerar lucro.

Pois, quer seja por consciência ambiental quer por visão estratégica de negócios e, neste caso indifere o ramo em que atuem, as organizações estão tendo maior cuidado com os rejeitos de suas atividades produtivas.

O fato de as exigências legais brasileiras serem ainda deficientes e ineficazes torna a recuperação de áreas degradadas um ponto dúbio para as entidades que têm dado bons exemplos de recuperação ambiental por razões de política própria.

A curto prazo, não se vislumbra a possibilidade de uma ação mais efetiva do Estado que introduza mudanças legais para, por exemplo, obrigar as empresas a apresentem garantias financeiras para a recuperação de áreas após a extração das matérias-primas.

É certo que os cuidados com questões ambientais estão se tornando um fator imprescindível para determinar o sucesso ou o fracasso das empresas. Essa é a premissa que norteia as atitudes dos gestores empresariais no sentido de estarem sempre atentos aos acontecimentos de seus processos produtivos.

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS QUANTO AO PROBLEMA

No tocante ao problema buscou-se resposta à questão: “Quais os reflexos da gestão ambiental nas atividades e nos resultados da Empresa “X” de Cosméticos S.A.?”

Foi possível perceber com o desenvolver do trabalho, a partir do material pesquisado, que a gestão ambiental exerce papel fundamental para a continuidade e o crescimento das empresas. O fato de a entidade poder contar com este sistema acaba por interligar todos os setores, facilitando dessa forma a identificação dos impactos sobre o meio ambiente a fim de minimizar os negativos e maximizar os positivos.

Há necessidade de um trabalho conjunto dos gestores na busca pelo desenvolvimento sustentável. A questão ambiental não pode ser tratada de maneira isolada, deve sim envolver todas as áreas da empresa e ser considerada a cada produto, processo ou serviço desenvolvido ou planejado.

Atitudes nessa linha fornecem à empresa vantagens competitivas como a capacidade de obter os resultados esperados, não só no setor financeiro, como no pessoal e outros setores que acabam por se empenhar em torno de uma meta; continuar progredindo sem ter que degradar os recursos naturais. Isso permite à empresa prevenir-se de riscos, além de reduzir custos, aprimorar processos e explorar novos negócios voltados para a sustentabilidade ambiental, favorecendo a sua inserção no mercado.

Concluiu-se, que a Empresa “X” de Cosméticos conta com um avançado Sistema de Gestão Ambiental e, muito embora não tenha sido possível o acesso ao conteúdo total deste sistema, pois o mesmo não está disponibilizado no *site* da empresa e as várias tentativa de contato foram em vão. Percebe-se que a empresa adota a política de meio ambiente como uma das três vertentes de seu compromisso com a sustentabilidade, e juntamente com a responsabilidade social e viabilidade econômica, formam o tripé que sustenta a visão de sustentabilidade da empresa.

Constatou-se ainda que a Empresa “X” de Cosméticos, entende que a gestão ambiental de seus processos produtivos, traz benefícios tanto no sentido do cumprimento de compromissos com o meio ambiente e a sociedade quanto representa ganhos de produtividade e combate ao desperdício.

Um ponto analisado como negativo da empresa no que tange a gestão ambiental é que mesmo tendo um dos mais modernos sistema de gestão ambiental, tanto à nível nacional quanto internacional a empresa não faz registros contábeis de seus eventos nesta área. Ou seja até o momento, não tem controle quantitativo em termos monetários de investimentos e retornos das atividades relacionadas à aplicação do Sistema de Gestão Ambiental.

4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS QUANTO AOS OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa faziam menção ao esclarecimento de alguns conceitos na área ambiental além da caracterização de alguns métodos de sistema de gestão ambiental e, acima de tudo analisar o sistema de gestão ambiental implantado na Empresa “X” de Cosméticos.

Na busca pelos objetivos do trabalho, e no intuito de facilitar a análise das informações, de fundamental importância foi o suporte oferecido pela ferramenta SICOGEA, que veio a contribuir no sentido de auxiliar à análise da forma com que a empresa vem se portando diante das questões ambientais que lhe são impostas no decorrer do processo produtivo.

Nas observações feitas no decorrer do trabalho, foi possível perceber que a companhia está bastante envolvida com as questões de cunho ambiental e trabalha no sentido de oferecer cada vez mais produtos ambientalmente corretos que causem o mínimo possível de impacto a natureza como um todo, seja em relação a economia do consumo de água, de energia, quanto a geração de resíduos, reciclagem de materiais entre outros.

A partir de declarações de gestores da empresa estudada, disponibilizadas em *sites* mantidos pela entidade, pode-se concluir que o Sistema de Gestão Ambiental adotado pela organização vem produzindo resultados positivos não só quanto ao cumprimento de seus compromissos com o meio ambiente e a sociedade, mas também por representar ganhos significativos em função da redução de custos na produtividade e no combate ao desperdício.

Como resultado da busca pelos objetivos, pode-se dizer que tanto geral quanto específico foram sendo atingidos no decorrer do trabalho. A partir das análises realizadas com base nas questões respondidas, verificou-se o Sistema de Gestão Ambiental da Empresa “X” de Cosméticos, e chegou-se a conclusão de que o principal ato tido como “falho” da entidade é o fato de a mesma não contabilizar quantitativamente os eventos, pois no geral, após análise de sustentabilidade a partir da aplicação parcial do SICOGEA, pode-se constatar que a empresa fica dentro de um nível adequado apresentado 82,65%, de acordo com a avaliação do referido método.

4.3 QUANTO A SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Aos interessados em realizar pesquisas na área, seria interessante desenvolver os seguintes trabalhos:

- selecionar uma empresa que divulgue seu Balanço Ambiental de forma quantitativa a fim de fazer uma análise sobre estas informações;
- analisar o grau de sustentabilidade a partir da aplicação de outros métodos ou sistemas de gestão ambiental;

- aprofundar o estudo voltado aos fornecedores, buscando identificar o real envolvimento deste setor com as questões ambientais; e
- fazer um levantamento, a partir de amostragem de um setor qualquer da economia, a fim de averiguar o tratamento contábil que vem por estes sendo dado às questões ambientais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Os pólos da prática metodológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CAVALCANTE, Carmem Haab Lutte. Divulgação e transparência de informações ambientais. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano XXXV, n. 159, p. 59-73, maio/jun. 2006.

FAVARIN, Andressa da Silva. **A contabilidade ambiental como forma de gestão: aplicação parcial do SICOGEA em uma empresa siderúrgica**. 2006. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Custos Ambientais – Uma visão de sistema de informações. São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 6., 1999, São Paulo. **Anais**. São Paulo: ABC, 1999. CD ROM.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade Ambiental. In: SCHMIDT, Paulo (Org.). **Controladoria, Agregando Valor para a Empresa**. São Paulo: Bookman, 2001.

FREY, Irineu Afonso; FREY, Márcia Rosane. A mensuração do ativo intangível Responsabilidade Social Empresarial, São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 8., 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABC 2001. CD ROM.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HENDRIKSEN, Edson S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. **Princípios contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

LERÍPIO, Alexandre de Ávila. **GAIA** - Um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. 2001. 174 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-

Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <teses.eps.ufsc.br> Acesso em: 12 ago. 2006.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB.** São Paulo: Atlas, 1998.

LYE, Geoff. A obrigação agora é moral. **Guia EXAME 2005 Boa Cidadania Corporativa.** São Paulo, p. 28, dezembro, 2005.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O Caso Brasileiro.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MILANO, Miguel Serediuk *et al.* **Responsabilidade Social Empresarial: o meio ambiente faz parte do nosso negócio.** Curitiba: FBPN, 2002.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Curso Moderno de Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da Ciência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2003.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico.** 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/12740.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2006.

PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Apostila da Disciplina Técnica de pesquisa em contabilidade.** UFSC: Florianópolis, 2006.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade e o Meio Ambiente.** 1992. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Contabilidade e Atuária. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Custeio das Atividades de Natureza Ambiental.** 1998. 241 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Curso de Pós Graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Maisa de Souza; GONÇALVES, Rosana C. M. Grillo; LIMA, Sandro Alves de. **Aspectos de contabilização do passivo e ativo ambientais nas termelétricas brasileiras.** Revista de Contabilidade Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, ano 6, n. 20, junho de 2002.

RIBEIRO, Máisa de Sousa. A Contabilidade como Instrumento do Gerenciamento Ambiental VI Congresso Internacional de Custos. 6. Custos e Estratégia Empresarial. Anais Universidade do Minho. Braga, Portugal. 1999. Disponível em: <<http://www.fipecafi.com.br>>. Acesso em 16 out. 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RONCHI, Suelen Haidar *et al.* **Visita *in loco* à empresa pesquisada**. 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszksat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. Disclosure: melhorando a qualidade da informação no balanço social. In: ENECON – ENCONTRO NORDESTINO DE CONTABILIDADE, 5. 2001, João Pessoa, jun. 2001.

ZANDONADI, Viviane. Cidadania porta a porta. **Exame melhores e maiores 2006**. São Paulo, p. 182-184, julho, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE "A"
PROPOSTA PARA LISTA DE VERIFICAÇÃO

CRITÉRIO 1 – FORNECEDORES	Sim	Não	NA	Observações
1. As matérias primas utilizadas são oriundas de recursos renováveis?				
2. Os fornecedores possuem monopólio do mercado?				
3. Os fornecedores apresentam processos produtivos que causam impacto ao meio ambiente e aos seres humanos?				
4. Para a extração/transporte/processamento/distribuição da matéria prima demanda grande consumo de energia?				
5. O cultivo de arroz obedece a normas do IBD?				
6. Os fornecedores estão comprometidos com o meio ambiente?				
7. Existe produção continuada e atividades acessórias, que agregam valor a propriedade rural fornecedora?				
8. Os principais fornecedores da organização são certificados pelas normas ambientais ISO 14001?				
9. Os fornecedores dão garantias de qualidade?				
10. Os fornecedores dão garantias de segurança?				
11. As compras da empresa só incluem produtos/serviços recicláveis?				
12. Os fornecedores da empresa se obrigam a reciclar os seus produtos usados?				
13. A segurança do transporte e da manutenção dos abastecimentos da empresa obedece a normas?				
14. O controle na recepção das compras obedece a normas precisas quanto ao meio ambiente?				
15. O armazenamento das compras obedece a normas precisas quanto ao meio ambiente?				
16. As compras perecíveis estão sujeitas a uma data-limite de utilização?				
CRITÉRIO 2 – PROCESSO PRODUTIVO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO				
a) ECO-EFICIÊNCIA DO PROCESSO PRODUTIVO E DO SERVIÇO PRESTADO				
17. Os processos produtivos são poluentes ou potencialmente poluidores?				
18. Ocorre a geração de resíduos perigosos durante o processamento do produto?				
19. O processo produtivo é responsável por um alto consumo de energia?				
20. A organização atende as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores internos e externos?				
21. Existe na empresa, um manual de segurança interna, que acompanha os processos produtivos?				
22. A empresa avalia o impacto dos processos produtivos sobre o quadro biogeológico da sua região?				
23. A classificação do arroz convencional e ecológico é devidamente controlada?				
24. O controle de qualidade quanto a umidades, impurezas e avariados é devidamente verificado?				
25. Existe geração de resíduos durante o beneficiamento do produto?				
26. Na etapa de pré-limpeza existe controle dos resíduos gerados?				
27. Os resíduos gerados são reaproveitados na empresa?				
28. Os resíduos são vendidos?				
29. Existe conhecimento do que as empresas compradoras fazem com os resíduos (palha)?				
30. A organização atende integralmente as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores internos e externos?				
31. No armazenamento existe distinção entre lotes advindos das propriedades?				

b) NÍVEL DE TECNOLOGIA UTILIZADA				
32. A tecnologia, no processo produtivo, apresenta viabilidade somente para a grande escala de funcionamento?				
33. A tecnologia apresenta viabilidade em todo o processo desde o cultivo na lavoura até o beneficiamento somente para a grande escala de funcionamento?				
34. A tecnologia, no processo produtivo, demanda a utilização de recursos não renováveis?				
35. A tecnologia, na prestação de serviço, apresenta grau de complexidade elevado?				
36. A tecnologia, no processo produtivo, apresenta alto índice de automação (demanda uma baixa densidade de capital e trabalho)?				
37. A tecnologia, na prestação de serviço, apresenta alto índice de automação (demanda uma baixa densidade de capital e trabalho)?				
38. A tecnologia, no processo produtivo, demanda a utilização de insumos e matérias-primas perigosas?				
39. A tecnologia, na prestação de serviço, demanda a utilização de insumos e matérias primas perigosas?				
40. A tecnologia, no processo produtivo, demanda a utilização de recursos não renováveis?				
41. A tecnologia, na prestação de serviço, demanda a utilização de recursos não renováveis?				
42. A tecnologia, no processo produtivo, é autóctone (capaz de ser desenvolvida, mantida e aperfeiçoada com recursos próprios)?				
43. A tecnologia, na prestação de serviço, é autóctone (capaz de ser desenvolvida, mantida e aperfeiçoada com recursos próprios)?				
44. A tecnologia, no processo produtivo, apresenta uma dependência da organização em relação a algum fornecedor ou parceiro?				
45. A tecnologia, na prestação de serviço, apresenta uma dependência da organização em relação a algum fornecedor ou parceiro?				
c) ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS DO PROCESSO				
46. Durante o processo de beneficiamento existe controle da poluição?				
47. Existe um alto consumo de água no processo de beneficiamento?				
48. Existe um alto consumo de água total na organização?				
49. Existe conhecimento da contaminação do solo pelos administradores?				
50. A fonte hídrica utilizada é comunitária?				
51. Existe algum reaproveitamento de água no processo?				
52. Há controle por parte da empresa para amenizar a poeira causada durante o processo?				
53. Há controle por parte da empresa para amenizar a poluição sonora?				
54. Os padrões legais referentes ao processo são integralmente atendidos?				
55. São gerados efluentes perigosos durante o processo?				
56. Os padrões legais referentes a efluentes líquidos são integralmente atendidos?				
57. São gerados resíduos sólidos perigosos durante o processo produtivo?				
58. Os padrões legais referentes a resíduos sólidos são integralmente atendidos?				
59. Existe algum tipo de reaproveitamento de resíduos sólidos no processo?				
60. Existe algum resíduo gerado passível de valorização em outros processos produtivos?				
61. Existe algum tipo de reaproveitamento de papel e outros no processo?				
62. São utilizados gases estufa no processo produtivo?				
63. São utilizados gases ozônio no processo produtivo?				

64. O controle de qualidade engloba normas de avaliação do impacto sobre o meio ambiente?				
65. Existe na empresa um plano de prevenção em caso de incidente grave?				

66. As normas de segurança e meio ambiente são rigorosamente respeitadas pelos funcionários?				
d) RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO				
67. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?				
68. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?				
69. A mão de obra empregada é altamente especializada, também em contabilidade ambiental?				
70. Os colaboradores estão voltados à inovações tecnológicas?				
71. A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?				
72. Existe uma política de valorização do capital intelectual?				
73. A organização oferece participação nos lucros ou outras formas de motivação aos colaboradores?				
74. Os novos produtos desenvolvidos possuem longos ciclos de desenvolvimento?				
75. Existe algum acompanhamento da área de Recursos Humanos com a Contabilidade Ambiental?				
e) DISPONIBILIDADE DE CAPITAL				
76. Existe capital próprio disponível para investimentos em gestão ambiental?				
77. Existem restrições cadastrais ou legais para a concessão de empréstimos para investimentos em gestão ambiental?				
78. A organização apresenta lucro operacional na rubrica gerenciamento de resíduos?				
CRITÉRIO 3 – INDICADORES CONTÁBEIS				
a) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS E DEBITOS E OBRIGAÇÕES				
79. Os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?				
80. A empresa possui títulos a receber?				
81. A empresa possui outros créditos a receber?				
Ativo Realizável a Longo Prazo				
82. Os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?				
83. A empresa possui títulos a receber?				
84. A empresa possui outros créditos a receber?				
85. A empresa possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?				
86. A empresa possui demais elementos do ativo permanente?				
87. A empresa possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?				
88. A empresa possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental?				
89. A empresa possui multas e indenizações ambientais?				
90. A empresa possui salários e encargos de especialistas da área ambiental?				
91. A empresa possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental a LP?				
92. A empresa possui multas e indenizações ambientais a LP?				
93. A empresa possui reservas para contingências de natureza ambiental?				

b) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADO				
94. A empresa tem auferido receitas relativas a valorização do meio ambiente?				
95. Os custos de produção são superiores as receitas?				
96. Os custos de produção atingem 50% das receitas?				
97. Os custos de produção são inferiores a 50% das receitas?				

98. Existe consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição?				
99. O consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição tem se mantido constante?				
100. O lucro bruto tem aumentado no último período?				
101. A empresa paga honorários de profissionais especializados?				
102. A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?				
103. A empresa paga multas e indenizações por falhas operacionais, como infração à legislação ou direito de terceiros?				
104. A empresa paga multas e indenizações por acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição?				
c) INDICADORES DE DEMONSTRAÇÃO AMBIENTAL ESPECÍFICA				
105. Existe aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)?				
106. Existe aquisição de imobilizados?				
107. A empresa paga insumos utilizados para redução dos impactos ambientais?				
108. A empresa possui custos relativos a adaptação à legislação?				
109. A empresa possui gastos com divulgação na área ambiental?				
110. A empresa possui redução de refugos?				
111. A empresa possui economia de energia elétrica?				
112. A empresa possui economia em transportes?				
113. A empresa possui economia de matérias primas?				
114. A empresa possui economia de gastos com pessoal? (saúde, improdutividade, absenteísmo, etc).				
115. A empresa possui grande quantidade de resíduo que causam impacto?				
CRITÉRIO 4 – INDICADORES GERENCIAIS				
116. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?				
117. A empresa já obteve benefícios e/ou premiações pela atuação na valorização do meio ambiente?				
118. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas?				
119. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo produtivo por parte da comunidade?				
120. Em caso afirmativo, foram tomadas ações corretivas e/ou preventivas para a resolução do problema?				
121. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?				
122. Em caso afirmativo, os acidentes ou incidentes foram resolvidos de acordo com as expectativas das partes interessadas?				
123. Os acidentes ou incidentes foram documentados e registrados em meio adequado?				
124. A empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental?				
125. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?				

126. A empresa trabalha com custos ambientais de prevenção?				
127. A empresa trabalha com custos ambientais de avaliação?				
128. Existe controle das falhas internas e externas da administração da beneficiadora?				
129. A avaliação de todo o processo é realizada mensalmente?				
130. A avaliação de todo o processo é realizada trimestralmente?				
131. Existe alguma forma de controle dos investimentos realizados na contabilidade ambiental?				
132. A empresa tem algum retorno com resíduos no processo produtivo e na prestação de serviço?				
133. Os retornos dos investimentos em meio ambiente são satisfatórios?				

134. Existe aplicação financeira em projetos ambientais?+A125				
135. A empresa acredita numa vantagem competitiva no mercado com a valorização da questão ambiental?				
CRITÉRIO 5 – UTILIZAÇÃO DO PRODUTO				
136. O consumidor tradicional dos produtos tem disponibilidade de algum serviço sobre questionamentos da qualidade dos mesmos?				
137. O produto é perigoso ou requer atenção e cuidados por parte do usuário?				
138. A utilização dos produtos ocasiona impacto ou risco potencial ao meio ambiente e aos seres humanos?				
139. O produto situa-se em um mercado de alta concorrência?				
140. O produto possui substitutos no mercado ou em desenvolvimento?				
141. O produto apresenta consumo por ser artigo de primeira necessidade?				
142. O produto apresenta características de alta durabilidade?				
CRITÉRIO 6 - SERVIÇO PÓS-VENDA				
143. O consumidor tradicional do serviço apresenta alta consciência e nível de esclarecimento ambiental?				
144. O serviço requer atenção e cuidados por parte do usuário?				
145. A utilização do serviço ocasiona impacto ou risco potencial ao meio ambiente e aos seres humanos?				
146. Os serviços situam-se em um mercado de alta concorrência?				
147. Os serviços apresentam um mínimo necessário de embalagem?				
148. O produto, gerado com o serviço, após sua utilização pode ser reutilizado ou reaproveitado?				
149. O produto, gerado com o serviço, após sua utilização pode ser desmontado para reciclagem e/ou reutilização?				
150. O produto, gerado com o serviço, após sua utilização pode ser reciclado no todo ou em parte?				
151. O produto, gerado com o serviço, após sua utilização apresenta facilidade de biodegradação e decomposição?				
152. O produto, gerado com o serviço, após sua utilização apresenta periculosidade?				
153. O produto, gerado com o serviço, após sua utilização requer cuidado adicional para proteção do meio ambiente?				
154. O produto, gerado com o serviço, após sua utilização gera empregos e renda na sociedade?				
155. A empresa assume a responsabilidade pela recuperação dos seus produtos usados?				
156. A empresa assume a responsabilidade pela reciclagem dos seus produtos usados?				
157. A empresa possui um sistema de tratamento dos seus resíduos?				

158. A empresa possui um sistema de tratamento de seus efluentes?				
159. A empresa possui sub produtos do beneficiamento de arroz?				
160. A empresa possui utilização dos resíduos do arroz?				
161. A empresa comercializa os resíduos do arroz?				

APÊNDICE "B"

LISTA DE VERIFICAÇÃO APLICADA À EMPRESA "X" DE COSMÉTICOS

As questões são direcionadas em critérios e subcritérios, com atuação dos grupos focais e atendendo a operacionalidade da empresa. As respostas são determinadas pelas letras “A” – adequadas, “D” – deficitárias e “NA” – não se aplicam à empresa.

CRITÉRIO 1 – FORNECEDORES	Sim	Não	NA	Observações
1. As matérias primas utilizadas são oriundas de recursos renováveis?	A			
2. Os fornecedores possuem monopólio do mercado?		A		
3. Os fornecedores apresentam processos produtivos que causam impacto ao meio ambiente e aos seres humanos?		A		
4. Para a extração/transporte/processamento/distribuição da matéria prima demanda grande consumo de energia?		A		
5. Os fornecedores estão comprometidos com o meio ambiente?	A			
6. Existe produção continuada e atividades acessórias, que agregam valor a propriedade rural fornecedora?	A			
7. Os principais fornecedores da organização são certificados pelas normas ambientais ISO 14001?	A			
8. Os fornecedores dão garantias de qualidade?	A			
9. Os fornecedores dão garantias de segurança?	A			
10. As compras da empresa só incluem produtos/serviços recicláveis?		D		
11. Os fornecedores da empresa se obrigam a reciclar os seus produtos usados?	A			
12. A segurança do transporte e da manutenção dos abastecimentos da empresa obedece a normas?	A			
13. O controle na recepção das compras obedece a normas precisas quanto ao meio ambiente?	A			
14. O armazenamento das compras obedece a normas precisas quanto ao meio ambiente?	A			
15. As compras perecíveis estão sujeitas a uma data-limite de utilização?	A			Visita <i>in loco</i>
CRITÉRIO 2 – PROCESSO PRODUTIVO				
a) ECO-EFICIÊNCIA DO PROCESSO PRODUTIVO				
16. Os processos produtivos são poluentes ou potencialmente poluidores?		A		
17. Ocorre a geração de resíduos perigosos durante o processamento do produto?		A		
18. O processo produtivo é responsável por um alto consumo de energia?		A		
19. A empresa avalia o impacto dos processos produtivos sobre o quadro biogeológico da sua região?	A			
20. Existe geração de resíduos durante o beneficiamento do produto?	D			
21. Os resíduos gerados são reaproveitados na empresa?	A			
22. Os resíduos são vendidos?	A			
23. Existe conhecimento do que as empresas compradoras fazem com os resíduos?	A			
24. A organização atende integralmente as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores internos e externos?	A			Visita <i>in loco</i>
b) NÍVEL DE TECNOLOGIA UTILIZADA				
25. A tecnologia, no processo produtivo, apresenta viabilidade somente para a grande escala de funcionamento?		A		
26. A tecnologia, no processo produtivo, apresenta grau de complexidade elevado?		A		

27. A tecnologia, no processo produtivo, apresenta alto índice de automação (demanda uma baixa densidade de capital e trabalho)?		D		
28. A tecnologia, no processo produtivo, demanda a utilização de insumos e matérias primas perigosos?		A		
29. A tecnologia, no processo produtivo, demanda a utilização de recursos não renováveis?		A		
30. A tecnologia, no processo produtivo, é autóctone (capaz de ser desenvolvida, mantida e aperfeiçoada com recursos próprios)?	A			
31. A tecnologia, no processo produtivo, apresenta uma dependência da organização em relação a algum fornecedor ou parceiro?		A		
c) ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS DO PROCESSO				
32. Durante o processo de beneficiamento existe controle da poluição?	A			
33. Existe um alto consumo de água no processo de beneficiamento?	D			
34. Existe um alto consumo de água total na organização?	D			
35. Existe conhecimento da contaminação do solo pelos administradores?		A		
36. A fonte hídrica utilizada é comunitária?		A		poço artesiano
37. Existe algum reaproveitamento de água no processo?	A			
38. Há controle por parte da empresa para amenizar a poluição sonora?	A			
39. Os padrões legais referentes ao processo são integralmente atendidos?	A			
40. São gerados efluentes perigosos durante o processo?	D			
41. Os padrões legais referentes a efluentes líquidos são integralmente	A			
42. São gerados resíduos sólidos perigosos durante o processo produtivo?	D			
43. Os padrões legais referentes a resíduos sólidos são integralmente atendidos?	A			
44. Existe algum tipo de reaproveitamento de resíduos sólidos no processo?	A			
45. Existe algum resíduo gerado passível de valorização em outros processos produtivos?	A			
46. Existe algum tipo de reaproveitamento de papel e outros no processo?	A			
47. São utilizados gases estufa no processo produtivo?	D			
48. São utilizados gases ozônio no processo produtivo?		A		
49. O controle de qualidade engloba normas de avaliação do impacto sobre o meio ambiente?	A			
50. Existe na empresa um plano de prevenção em caso de incidente grave?	A			Visita <i>in loco</i>
51. As normas de segurança e meio ambiente são rigorosamente respeitadas pelos funcionários?	A			
d) RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO				
52. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?	A			
53. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?	A			
54. A mão de obra empregada é altamente especializada, também em contabilidade ambiental?		D		Visita <i>in loco</i>
55. Os colaboradores estão voltados à inovações tecnológicas?	A			
56. A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?	A			
57. Existe uma política de valorização do capital intelectual?	A			
58. A organização oferece participação nos lucros ou outras formas de motivação aos colaboradores?	A			
59. Os novos produtos possuem longos ciclos de desenvolvimento?		A		
60. Existe algum acompanhamento da área de Recursos Humanos com a Contabilidade Ambiental?		D		

e) DISPONIBILIDADE DE CAPITAL				
61. Existe capital próprio disponível para investimentos em gestão ambiental?	A			
62. Existem restrições cadastrais ou legais para a concessão de empréstimos para investimentos em gestão ambiental?		A		
63. A organização apresenta lucro operacional na rubrica gerenciamento de resíduos?			NA	
CRITÉRIO 3 – INDICADORES CONTÁBEIS				
a) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS E DIREITOS E OBRIGAÇÕES				
64. Os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?		D		
65. A empresa possui títulos a receber?	A			
66. A empresa possui outros créditos a receber?	A			
67. A empresa possui Ativo Realizável a Longo Prazo?	A			
68. A empresa possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?	A			
69. A empresa possui demais elementos do ativo permanente?	A			
70. A empresa possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?	A			
71. A empresa possui multas e indenizações ambientais?		A		
72. A empresa possui salários e encargos de especialistas na área ambiental?	A			
73. A empresa possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental a LP?			NA	
74. A empresa possui multas e indenizações ambientais a LP?	D			
75. A empresa possui reservas para contingências de natureza ambiental?		D		
b) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADO				
76. A empresa tem auferido receitas relativas a valorização do meio ambiente?	A			
77. Os custos de produção são superiores as receitas?		A		
78. Os custos de produção atingem 50% das receitas?		A		
79. Os custos de produção são inferiores a 50% das receitas?	A			
80. Existe consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição?	A			
81. O consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição tem se mantido		A		Está sendo reduzido a cada
82. O lucro bruto tem aumentado no último período?	A			
83. A empresa paga honorários de profissionais especializados?	A			
84. A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?	A			Concluí-se p/ relatórios.
85. A empresa paga multas e indenizações por falhas operacionais, como infração à legislação ou direito de terceiros?	D			Ocorrida em 1999.
86. A empresa paga multas e indenizações por acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição?	D			Ocorrida em 1999.
c) INDICADORES DE DEMONSTRAÇÃO AMBIENTAL ESPECÍFICA				
87. A empresa possui Demonstrativo Ambiental específico?		D		
88. Existe aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)?	A			
89. Existe aquisição de imobilizados?	A			
90. A empresa paga insumos utilizados para redução dos impactos ambientais?	A			
91. A empresa possui custos relativos a adaptação à legislação?	A			
92. A empresa possui gastos com divulgação na área ambiental?	A			
93. A empresa possui redução de refugos?	A			
94. A empresa possui economia de energia elétrica?	A			
95. A empresa possui economia em transportes?	A			
96. A empresa possui economia de matérias primas?	A			

97. A empresa possui economia de gastos com pessoal? (saúde, improdutividade, absenteísmo, etc).	A			
98. A empresa possui grande quantidade de resíduo que causam impacto?		A		
CRITÉRIO 4 – INDICADORES GERENCIAIS				
99. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?	A			
100. A empresa já obteve benefícios e/ou premiações pela atuação na valorização do meio ambiente?	A			
101. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas?	D			
102. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo produtivo por parte da comunidade?	D			
103. Em caso afirmativo, foram tomadas ações corretivas e/ou preventivas para a resolução do problema?	A			
104. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?	D			
105. Em caso afirmativo, os acidentes ou incidentes foram desolvidos de acordo com as expectativas das partes interessadas?	A			
106. Os acidentes ou incidentes foram documentados e registrados em meio adequado?	A			
107. A empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental?	A			
108. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?	A			
109. A empresa trabalha com custos ambientais de avaliação?			NA	
110. A avaliação de todo o processo é realizada mensalmente?	A			
111. Existe alguma forma de controle dos investimentos realizados na contabilidade ambiental?		D		
112. A empresa tem algum retorno com resíduos no processo produtivo e na prestação de serviço?	A			
113. Os retornos dos investimentos em meio ambiente são satisfatórios?	A			
114. Existe aplicação financeira em projetos ambientais?	A			
115. A empresa acredita numa vantagem competitiva no mercado com a valorização da questão ambiental?	A			
CRITÉRIO 5 – UTILIZAÇÃO DO PRODUTO				
116. O consumidor tradicional dos produtos tem disponibilidade de algum serviço sobre questionamentos da qualidade dos mesmos?	A			
117. Os produtos são perigoso ou requerem atenção e cuidados por parte do usuário?		A		
118. A utilização dos produtos ocasiona impacto ou risco potencial ao meio ambiente e aos seres humanos?		A		
119. Os produtos situam-se em um mercado de alta concorrência?	A			
120. Os produtos possuem substitutos no mercado ou em desenvolvimento?	A			
121. Os produtos apresentam consumo por ser artigo de primeira necessidade?		D		
122. Os produtos apresentam características de alta durabilidade?	A			
CRITÉRIO 6 - SERVIÇO PÓS-VENDA				
123. A empresa faz um trabalho de acompanhamento à entrega dos produtos?	A			
124. Os produtos, gerados com o serviço, após sua utilização podem ser reutilizados ou reaproveitados?	A			
125. Os produtos, gerado com o serviço, após sua utilização podem ser desmontados para reciclagem e/ou reutilização?	A			
126. Os produtos, gerados com o serviço, após sua utilização podem ser reciclados no todo ou em parte?	A			
127. Os produtos, gerados com o serviço, após sua utilização apresentam facilidade de biodegradação e decomposição?		D		

128. Os produtos, gerados com o serviço, após sua utilização apresentam periculosidade?		A		
---	--	---	--	--

129. Os produtos, gerados com o serviço, após sua utilização requerem cuidado adicional para proteção do meio ambiente?	D			
130. A empresa assume a responsabilidade pela recuperação dos seus produtos usados?	A			
131. A empresa assume a responsabilidade pela reciclagem dos seus produtos usados?	A			
132. A empresa possui um sistema de tratamento dos seus resíduos?	A			
133. A empresa possui um sistema de tratamento de seus efluentes?	A			
134. A empresa possui subproduto gerado a partir da matéria prima?	A			
135. A empresa possui sistema de utilização dos resíduos?	A			
136. A empresa comercializa seus resíduos?	A			Parte deles.
137. As embalagens dos produtos comercializados pela empresa são recicláveis?	A			
138. A empresa registra grande volume de perda de material sólido ao final do processo produtivo?		A		

Fonte: Adaptado de Lerípio (2001, *apud* PFITSCHER , 2004).